

INTRODUÇÃO

“Somos chamados a uma maior maturidade, empenhamento e audácia. Diz-se que, na história do desenvolvimento das Nações, têm ganhado os países ou sociedades que conseguem juntar capital, educação e inovação. Vamos ter que continuar a apostar na poupança de recursos e na formação e na valorização do capital humano.”

(Pedro Pires, 2008)¹

No âmbito do Tirocínio Para Oficial de Artilharia (TPOA), desenvolve-se um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) que é uma das componentes do Estágio de Natureza Profissional. A sua elaboração visa especificamente: estimular a capacidade de iniciativa; a criatividade, autonomia e decisão; desenvolver o hábito de investigação e de reflexão individual; estudar um assunto de reconhecido interesse para meu país ou para a Artilharia; adquirir as competências necessárias à resolução de problemas de natureza prática e elaborar um relatório científico.

A importância do estudo das Mulheres nas Forças Armadas mostra-se inquestionável nos dias que correm. Os estudos nessa área são indispensáveis para quem, estuda os problemas do género², para os organizadores militares, para os jornalistas e para todos os que interessam pelos acontecimentos militares nessa viragem do século.

As alterações sociais aumentaram as oportunidades para as mulheres em qualquer sector de actividade, inclusive na área militar. Como consequência a representação das mulheres nas FA aumentou.

Hoje em dia, na maioria dos países, as Mulheres das Forças Armadas são vistas como mais um militar a dar o seu contributo para Defesa Nacional.

A incorporação das mulheres nas FA enquadra-se dentro de uma larga luta, iniciada pelos movimentos feministas desde há mais de um século, para lograr a igualdade de direitos entre os géneros. Dentro desse âmbito em que estamos, podemos afirmar que existe uma correlação positiva entre a integração das mulheres nos Exércitos e a igualdade entre os sexos.

Foi com base nestes argumentos que se escolheu o tema **As Mulheres nas Forças Armadas de Cabo Verde**. Um outro móbil presente na escolha liga-se ao facto de se

¹ Presidente da República de Cabo Verde.

² Género é uma construção social com base numa diferença biológica (sexo), que remete para papéis sociais diferentes, oportunidades e constrangimentos diferentes, comportamentos sociais diferentes. Género é uma construção social baseada no sexo.

entender tratar-se de um assunto importante para a compreensão da História e das Forças Armadas de Cabo Verde. O tema Mulheres nas Forças Armadas já tem sido alvo de investigação por vários autores. No caso de Cabo Verde nunca foi estudado. Por essas razões, considera-se importante que se faça um estudo de alguns aspectos relacionados com esse acontecimento e, que se chame a atenção para o facto de essa situação também estar a ocorrer em Cabo Verde.

Para melhor compreensão do tema, e após vários contactos informais e uma reflexão apoiada numa análise bibliográfica no âmbito das mulheres nas FA, foi seleccionada a seguinte questão central:

O problema sobre qual nos interrogamos e servirá de mote a toda esta investigação é de saber: Dado que Cabo Verde é único país dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP)³ que ainda não tem as mulheres (na classe de praça) integradas nas FA, que factores condicionam o ingresso de Mulheres nas FA de Cabo Verde?

Desta questão central derivam outras questões pertinentes para reflexão:

- Quais as vantagens e as desvantagens que as mulheres (praças) trazem para a Instituição Militar?
- O recrutamento das mulheres na classe de praça deve ser, no regime obrigatório ou voluntário?
- As mulheres cabo-verdianas e a sociedade no seu todo estarão preparadas para dar esse passo?
- O que pensam as mulheres oficiais e sargentos sobre a admissão de mulheres para a classe de praças?

Um trabalho de investigação deve preocupar-se com a construção de modelos de análise, nos quais as hipóteses, como proposições, têm assento por direito. Enquanto partes integrantes de qualquer processo de pesquisa científica, as hipóteses devem ser coerentes com a pergunta de partida, o farol que ilumina o investigador.

No âmbito deste trabalho construiu-se o seguinte sistema de hipóteses:

H1: Sendo Cabo Verde um país democrático, e constatando-se que nos países democráticos a tendência é para a abertura da Instituição Militar às mulheres (em todas as classes), será espectável que isso aconteça na sociedade cabo-verdiana.

H2: Sendo Cabo Verde uma sociedade ainda muito marcada por uma grande diferenciação no acesso a determinadas profissões (sectores/áreas profissionais) será de esperar que também na Instituição Militar se vejam reflectidos estes processos de diferenciação.

³ Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, cujo acrónimo é PALOP, são um grupo formado por cinco países lusófonos africanos formado em 1996. Foram todos colónias de Portugal em África, que obtiveram a independência entre 1974 e 1975.

H3: As adaptações no plano legal de infra-estruturas e comando de homens por mulheres exercem entraves à entradas de mulheres.

H4: Sendo a igualdade dos cidadãos um princípio básico, consagrado na Constituição da República de Cabo Verde, será espectável que se conceda às mulheres o direito de admissão nas FA, na classe de praças.

Para dar respostas às questões formuladas, dividiu-se o trabalho em duas partes: a parte teórica conceptual e a parte do trabalho de campo. No que respeita à primeira parte, decidiu-se começar por enquadrar a questão geral das Mulheres nas FA, passando em seguida a uma abordagem da sociedade cabo-verdiana, tentando perceber se ela está preparada para mudanças desta natureza (ou amplitude). Seguidamente aborda-se a situação actual das FA de Cabo Verde e por fim fala-se das Mulheres actualmente na sociedade cabo-verdiana e ao serviço nas FA de Cabo Verde, nas classes de oficial e sargento, procurando entender a sua perspectiva sobre o tema central do trabalho. No que diz respeito à segunda parte do trabalho, começa-se por dar a conhecer a metodologia utilizada, e depois faz-se a apresentação e discussão de resultados. Finalmente apresentam-se as principais conclusões do estudo, sendo estas relacionadas com as conclusões de outros estudos inicialmente referenciados.

A metodologia utilizada assenta numa pesquisa do campo com recurso a entrevista semi-directiva, inquérito por questionário e por fim análise documental. Nessa ultima recorreu-se a vários centros de documentação.

Durante a elaboração desse trabalho, na análise documental verifiquei que já foram elaborados alguns trabalhos sobre mulheres nas FA portuguesas, espanholas, americanas, etc., por este motivo decidiu-se fazer este estudo sobre mulheres nas FA de Cabo Verde porque não existe nenhum estudo sobre esse tema. Daí o carácter inovador deste TIA.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL

CAPÍTULO I

1. MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS

As profundas alterações que têm vindo a acontecer nas sociedades actuais, não podem deixar de afectar uma instituição como as FA. A sua modernização, a sua actualização e adequação advêm da evolução da sociedade, de uma certa forma, é um feito inquestionável, porque a tecnologia não pára de evoluir e as FA necessitam cada vez mais de materiais modernos e evoluídos.

Segundo Mira Vaz (2004, p.107), “se a relação homem/mulher é biológica, a relação de ambos com a guerra é muito antiga, muito mais do que aquilo que o vulgo pensa. Mas há uma diferença na forma como os dois géneros se relacionam com ela: enquanto o género masculino constituiu tendencialmente o sujeito activo (o homem guerreiro), o género feminino constitui tendencialmente o objectivo passivo (a mulher como presa). Trata-se de dados fundamentais a levar em conta, se quiser compreender a verdadeira natureza e a complexidade da relação mulheres/homens na organização militar”.

Historicamente tem havido uma exclusão das mulheres em tudo que está relacionado com armas, combate e a guerra, e a sua participação como guerreiras, tem sido muito escassa. Sem dúvida, que as mulheres têm participado de diversas maneiras em guerras: como rainhas, amazonas, cozinheiras, prostitutas, lavadeiras, donzelas guerreiras e mulheres assediadas, mas o seu contributo poucas vezes foi reconhecido oficialmente. Em tempos mais modernos, para além de continuarem a desempenhar tarefas tradicionais, como enfermeiras, condutoras de ambulâncias e outros serviços na retaguarda, também já combateram, ainda que em número reduzido.

O protagonismo e a presença crescente das mulheres em todos os âmbitos da sociedade, justificam que se averigúe se acontece o mesmo nas FA. Isto porque antigamente as mulheres eram discriminadas quase em todos os aspectos, mas hoje, a luta pela igualdade de direitos pode considerar-se vencida por elas, porque o aumento da participação das mulheres nas actividades desenvolvidas na sociedade tem sido constante.

“Até no meio militar, tradicionalmente dominado pelos homens, pesquisas recentes têm demonstrado que, apesar da dificuldade inicial, ao final do período de treino básico, a diferença de aptidão física estava consideravelmente reduzida, e que nos exercícios de tropa as mulheres realizam as mesmas tarefas e com desempenho semelhante ao dos homens” (Laszlo, 1999).

Hoje podemos dizer que, ao longo do século XX tem sido produzida uma dinâmica de incorporação crescente e constante das mulheres nos exércitos. Sem dúvida é um passo

dado por movimento das mulheres pela igualdade de oportunidades, que também tem tido expressão no âmbito militar (Alves, 1999)

Segundo Carreiras (1994, p. 64) “assistimos hoje a uma progressiva integração de mulheres nas FA, numa perspectiva de profissionalização em ‘tempo de paz’, à semelhança do que tem vindo acontecer na maior parte das democracias ocidentais.”

Quando se permitiu o acesso das mulheres às actividades militares, os primeiros trabalhos por elas executados são de carácter auxiliar, de cuidados administrativos, de apoio logístico, etc. Hoje, encontram-se integradas em quase todos os tipos de unidades, e pelo que podemos observar, existem muitas semelhanças com o que ocorre em outras profissões, havendo mesmo determinadas actividades que são desempenhadas, na sua maior parte, por mulheres. A actividade militar também se vai convertendo numa profissão para as mulheres, e muitas delas têm possibilidade de progredir na carreira.

Em todo o caso, é preciso ter presente que a participação das mulheres em exércitos regulares, numa base de paridade com os homens, só começou a consolidar-se na última década do século XX. Até aí, pelas razões preconceituosas sobejamente conhecidas, havia prevalecido a postura contrária à sua presença em combate.

Em todos os processos de integração da mulher nas diversas esferas de sociedade, houve necessidade de articular os mecanismos que tornam possível essa participação. Daí decorrem as políticas de igualdades levadas a cabo pelas distintas administrações, que têm sido um elemento decisivo para concretizar a igualdade jurídica entre homens e mulheres.⁴

“Nos últimos anos, a discriminação por motivo de género tornou-se insustentável nos países demoliberais e, em consequência, temos assistido as profundas mudanças quanto ao papel das mulheres, tanto na sociedade como na instituição militar” (Mira Vaz, 2004).

“...as transformações ocorridas nas FA, no sentido de uma caracterização crescentemente tecnológica e que requer capacidades individuais que têm a ver menos com a força física, do que com a preparação específica e resistência física e psicológica.” (Carrilho, 1994).

A participação das mulheres nas FA nos dias de hoje deve-se a duras lutas travadas pela igualdade de direitos e também pela mudança da política de vários países, sobretudo no Ocidente. Nem todos os países têm as mulheres integradas nas FA, como é o caso de muitos países muçulmanos.

1.1. ASPECTOS QUE AFECTAM A INTEGRAÇÃO DAS MULHERES NAS FA

Para um melhor esclarecimento da questão, abordam-se seguidamente alguns dos principais aspectos que dificultam o ingresso das mulheres nas FA: diferenças biológicas; constituição física; diferenças de aptidões físicas e diferenças psicológicos.

⁴ Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Nações unidas. 1979.

1.1.1. DIFERENÇAS BIOLÓGICAS ENTRE HOMENS E MULHERES

A história da humanidade não é mais do que um curto relato se a comparamos com os avatares dos restantes seres vivos que habitam a terra. De entre as múltiplas características que os mamíferos compartilham, uma delas é a diferença sexual⁵, esta diferença termina na maioria das espécies em um dimorfismo entre machos e fêmeas. Em caso de seres humanos, esta diferença está muita mediatizada por componentes culturais e sociais que superam a própria biologia⁶ e que conduzem a outro tipo de diferença, que chamamos de género, que é um conceito mais apropriado (González, 2005).

Segundo Helena Carreiras (1997, p. 69) “em boa parte, a identificação de diferenças fisiológicas entre homens e mulheres, nomeadamente em termos de força física e resistência, tem constituído um aspecto recorrente dos debates, alimentando um efeito de «naturalização» das diferenças intersexos susceptível de caucionar avaliações diferenciais de capacidades e competências no exercício das funções militares.”

Hoje, sabemos que muitos preconceitos são frutos do desconhecimento de que desde a evolução das espécies, homens e mulheres são diferentes, possuindo habilidades distintas. Por exemplo, as mulheres possuem capacidades sensoriais mais aguçadas, têm visão periférica mais abrangente em função de possuir dois cromossomas XX; em função das diferenças no cérebro têm mais facilidade na comunicação, tendo uma capacidade de verbalização diária muito maior que a masculina. Os homens têm habilidade espacial maior que a feminina, melhor visão nocturna a longa distância. Há uma série de outras capacidades inatas diferentes em função do cérebro, das hormonas, dos sentidos, etc.

Do ponto de vista biológico, todas as células do nosso corpo estão marcadas por essa diferença sexual, expressa em cromossomas XX ou XY, que nos condiciona por toda a vida. Essa informação genética dos nossos cromossomas conduz a diferentes hormonas, que desde as primeiras semanas de gestação modificam a fisiologia do nosso corpo e, claro, do cérebro também. Todos estes precedentes condicionarão posteriormente a nossa conduta, os nossos pensamentos e os nossos sentimentos.

⁵ Os autores entendem aqui que a localização numa categoria sexual é atingida através da aplicação do critério sexual, mas, na vida quotidiano, ela é estabelecida e sustentada pelo aparato identificatório socialmente requerido para proclamar a pertença a uma ou outra categoria. Neste sentido, a categoria sexual faz presumir o sexo do indivíduo, mas ambos podem variar, sendo possível reclamar a pertença a uma categoria sexual mesmo na ausência do critério biológico (caso dos transsexuais), ou mesmo, fruto de desenvolvimentos recentes da medicina, alterar o sexo biológico.

⁶ A biologia é o ramo da Ciência que estuda os seres vivos (do grego *βίος* - *bios* = vida e *λογος* - *logos* = estudo, ou seja o estudo da vida). Debruça-se sobre as características e o comportamento dos organismos, a origem de espécies e indivíduos, e a forma como estes interagem uns com os outros e com o seu ambiente. Consultar o site: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Biologia>

1.1.2. CONSTITUIÇÃO FÍSICA

Abordar-se-ão apenas algumas diferenças que aparentemente poderão afectar o desempenho profissional das mulheres nas FA.

Em primeiro lugar, o desempenho atlético do homem é por norma superior ao da mulher⁷. Ele tem vantagens na quantidade da massa muscular que possui, pois representa 40% do seu peso, enquanto nas mulheres não ultrapassa os 33%. Em termos gerais, a constituição física das mulheres é diferente da dos homens, já que as mulheres têm menos massa muscular, menos água na constituição dos tecidos e mais gordura corporal. A menor estatura e as características biomecânicas da sua morfologia e os consumos de oxigénio fazem com que em termos absolutos tenham menos força e menos resistências aeróbia em comparação com os homens. Há que assinalar que essa menor força e resistência se deve ao menor tamanho e peso corporal da mulher (González, 2005).

Depois, (González, 2005) os homens têm um maior volume sanguíneo; a mulher tem uma frequência de pulso mais elevada e a sua recuperação é mais lenta depois dos exercícios. A capacidade vital dos pulmões na mulher é inferior em mais de 20% do que nos homens.

Há ainda a considerar que, nos homens, o sistema nervoso reage mais rapidamente; no decurso do treino físico, a massa muscular aumenta de forma mais rápida nos homens do que nas mulheres e a proporção entre musculatura e peso total é maior nos homens.

Há, por fim, que ter em conta a forma física dos homens e das mulheres. Devido a factores culturais e educacionais, muitas vezes a condição física é menor nas mulheres. Trata-se, principalmente, de uma questão de força e resistência física, em todas as formas. Mas também é certo que as mulheres, partindo de padrões globais, têm outras qualidades físicas que os homens não têm: flexibilidade, elasticidade, agilidade e rapidez. Também é verdade que uma adequada formação e educação para todos, na infância e juventude, podem dissipar essa diferença. Como também tem sido revelado em diversos estudos, a força de vontade e o esforço podem preencher muitas lacunas iniciais, verificando-se que um treino adequado melhora realmente as capacidades físicas (González, 2005).

No entanto, não podemos esquecer que às vezes nem sempre é necessário ser forte fisicamente para cumprir determinada tarefa nas FA, há que ter em conta a técnica, liderança, força psicológica, etc. e nesse caso, tanto homens com mulheres podem ter um bom desempenho consoante for a tarefa.

⁷ Segundo o Dr. Osmar de Oliveira Médico do Desporto, na anatomia as inserções musculares nos homens são mais firmes, o que lhes permite maior tracção nos movimentos.
Consultar o site <http://sentirbem.uol.com.br/index.php?modulo=artigos&id=85&tipo=3>

1.1.3. DIFERENÇAS DE APTIDÕES FÍSICAS ENTRE HOMEM E MULHER

A aptidão física e o desempenho profissional nas FA são a prova de que existem mulheres suficientemente preparadas fisicamente para suportar as duras provas de acesso às Academias Militares, assim como, para receber a exigente preparação física que será ministrada. Cada vez há mais mulheres que se preparam fisicamente e que consideram que o desporto é uma parte importante na sua formação. Se compararmos com o que sucede na vida civil, cada vez é maior o número de mulheres que se apresentam e aceitam as duras condições que se exigem para ser aluno nos Institutos Nacionais de Educação Física e cada dia se vêem mais mulheres polícias, bombeiros, entre outras, que exigem uma adequada forma física.

Pode-se afirmar, sem cair em hipocrisia, que é possível adquirir uma adequada forma física, de acordo com as capacidades biomecânicas de cada um, independentemente do sexo. A prática habitual do desporto está também associada a outros hábitos como uma alimentação saudável, o não consumo de tabaco ou de substâncias prejudiciais à saúde e uma higiene adequada. (González, 2005).

As diferenças físicas que sobressaem em actividades que a vida humana requer são notórias sobretudo em situações de combate. Nas provas realizadas pelos militares das FA, os homens destacam-se pela capacidade de levantar pesos, o que em princípio pode contribuir para que essas diferenças possam vir a afectar a operatividade das unidades.

Sobre outra qualidade física, a resistência aeróbia (correr, marchas, exercícios diversos, etc.) apesar de dar vantagens aos homens, as mulheres que ingressam nas FA e que treinam regularmente manterão a aptidão física ao nível adequado para exercer a sua profissão. As diferenças nestas aptidões podem ser superadas por uma adequada preparação.

Se nos centrarmos no combate moderno, estas diferenças físicas não se evidenciam, pois nesta situação as aptidões físicas requeridas, constituem apenas uma parte dos requisitos, sendo a aptidão psicológica, atitude exigida para o exercício da sua profissão, a de maior destaque.

1.1.4. DIFERENÇAS PSICOLÓGICAS

Anteriormente foram descritas as principais diferenças físicas entre homens e mulheres. Nesta parte abordar-se-ão algumas diferenças que são mais difíceis de observar, medir e consequentemente comparar.

Quando se trata de definir os perfis dos homens e das mulheres que vão desempenhar funções nas FA, as diferenças psicológicas devem ter um peso especialmente importante nos critérios a considerar.

A existência de diferenças psicológicas pode ter na sua origem diversos factores de carácter biológico. Anteriormente analisámos as diferenças físicas. Em relação às diferenças biológicas, podemos dizer que cada célula do nosso corpo define a diferença genética associada ao sexo.

O cérebro é o órgão onde se observam as maiores diferenças, como o tamanho, o número de neurónios, o consumo de glicose e de oxigénio. No seu funcionamento há diferenças que podemos resumir dizendo que homens e mulheres utilizam os seus hemisférios cerebrais de forma distinta, sendo eles mais precisos e elas mais intuitivas. As mulheres têm a capacidade de conectar ambos os hemisférios, e processam mais informações de forma simultânea (González, 2005).

Estas diferenças trazem necessariamente alterações nos comportamentos e nos processos de relacionamento e nas emoções. Em psicologia a polémica entre inato e adquirido é uma constante. Também a aprendizagem, é entendida como um processo de socialização, contribuindo para a definição de cada cultura. As diferenças psicológicas associadas ao sexo têm muitos aspectos relacionados com os processos de socialização, em quase todas as culturas são diferentes entre homens e mulheres. Isso poderia demonstrar que a maior capacidade de destreza mecânica no homem é a consequência dos jogos de tipo mecânico que estes praticavam quando eram crianças com maior frequência do que as mulheres.

As características psicológicas de um indivíduo podem identificar-se de diversas maneiras. Uma delas seria analisando as condutas observáveis dos indivíduos mediante provas psicológicas tal como questionários, associação de palavras, testes projectivos, etc. Outra seria através de registos fisiológicos como por exemplo os electroencefalogramas, que registam as ondas cerebrais que variam na sua amplitude e frequência. As informações que nos são dadas por pessoas que têm sofrido algum tipo de acidente que afectou o funcionamento normal do sistema nervoso fornecem uma preciosa ajuda neste campo (González, 2005).

Dentro de certos parâmetros, com maior ou menor rigor, podemos descobrir nos testes iniciais de personalidade e carácter, um vasto leque de qualidades e atributos nos homens ou mulheres seleccionados para pertencerem às FA e das quais os seus comandantes podem tirar o máximo rendimento. É também possível avaliar as condições de equilíbrio e maturidade psíquica indispensáveis para os lugares que exigem um quociente de inteligência mais elevado.

1.2. A ACTUALIDADE

Actualmente, a maioria dos países tem apostado na formação e ingresso das mulheres nas FA. Em parte porque se verifica que os voluntários masculinos não preenchem a totalidade das vagas, mas sobretudo porque a política da igualdade entre os géneros tem vindo a dar

às mulheres os mesmos direitos. Hoje quase todos os países adoptaram como modelo de incorporação o voluntariado, constatando-se, ano após anos, que aumenta o número de mulheres nos exércitos regulares. Tudo isso porque hoje a luta armada não é travada como antigamente, hoje verifica-se uma grande incorporação de tecnologia nos armamentos e equipamentos e esse facto tem alargado o número de especialidades que estão ao alcance das mulheres.

1.3. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS: OS PALOP

Interessa agora averiguar qual é a situação das mulheres nas FA nos PALOP's, procurando captar alguns dos aspectos mais importantes, designadamente quanto a mobilização, dificuldades no recrutamento, existência de mulheres em todas as classes (praças, sargentos e oficiais), aceitação social e outros.

1.3.1. ANGOLA

A história das mulheres angolanas permanece amplamente desconhecida do discurso popular sobre a guerra. Os caminhos percorridos por mulheres no papel de soldados, líderes, activistas, sobreviventes e vítimas de uma das guerras mais trágicas do continente africano ainda têm que ser discutidas e suas implicações percebidas.

A presença das mulheres nas fileiras das Forças Armadas Angolanas (FAA) é uma prova de que elas sempre estiveram juntas com os homens na defesa da Pátria. Durante a luta de libertação, na frente ou na retaguarda, mostraram que são nacionalistas e que queriam tal como os homens a libertação de Angola.

Hoje ainda com a fim da guerra civil⁸, continuam a fazer-se presente nos centros de mobilização para o comprimento do serviço militar, quer para quadro permanente ou para miliciano. Embora a entrada das mulheres no serviço militar não seja obrigatória, é crescente o número de mulheres que ingressam nas FAA. Existem mulheres em todas as classes militares.

1.3.2. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

As FA de São Tomé e Príncipe só começaram a ter mulheres nas fileiras nos últimos três anos, isso tudo por uma questão política.

Num dos seus discursos, a Ministra de Defesa Nacional reafirma a irreversibilidade de integração de jovens de sexo feminino no exército são-tomense e também que a integração de jovens são-tomense de sexo feminino nas FA é uma conquista e um projecto irreversível para as autoridades governamentais.

⁸ Guerra Civil Angolana começou em 1976 e terminou em 2002 com a morte do Jonas Savimbi.

O exército são-tomense até então confiado apenas aos jovens de sexo masculino integra há três anos mais de uma centena de elementos femininos que participam em igualdade de circunstâncias em actividades militares com camaradas masculinos. Actualmente São Tomé e Príncipe têm mulheres a frequentar cursos nas Academias Militares e nas Escolas de Sargentos em Portugal e outros países.

1.3.3. MOÇAMBIQUE

Tal como em Angola, a presença das mulheres nas fileiras das Forças Armadas Moçambicanas é uma prova de que elas sempre estiveram presentes na luta da libertação e na guerra civil, e algumas delas ainda hoje são reconhecidas como verdadeiras combatentes pela entrega total que tiveram em ambos os conflitos.

Em conformidade com a lei moçambicana, todos os cidadãos, homens e mulheres, devem inscrever-se no serviço militar ao atingir os 18 anos de idade.

A incorporação das mulheres nas fileiras das Forças Armadas da Defesa de Moçambique (FADM) começou em 2002 depois do ingresso do primeiro grupo de mancebos após a assinatura do acordo geral de Paz, em Outubro 1992. Estima-se que nas FADM, apenas 10 por cento sejam mulheres, mas a tendência é para aumentar visto que cada vez há mais mulheres a alistarem-se nas FA.

Moçambique, assim como os outros países dos PALOP, tem apostado na formação dos militares de ambos os sexos nas várias Academias Militares e nas escolas de sargentos, tanto em Portugal como outros países.

1.3.4. GUINÉ-BISSAU

Segundo o adido militar da Guiné-Bissau, durante a guerra colonial houve mulheres guineenses a lutar pela independência. No início dos anos noventa do século passado, as FA da Guiné-Bissau começaram a fazer recrutamento das mulheres para prestar serviço militar em regime de voluntariado, nos termos consagrados na Constituição da República da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau vive desde 1998 num clima de grande instabilidade social e política. Por tal motivo, não houve desde então recrutamento das mulheres para o serviço militar.

CAPÍTULO II

2. SOCIEDADE CABO-VERDIANA

2.1. HISTÓRIA DA SOCIEDADE CABO-VERDIANA

O arquipélago de Cabo Verde, situado na costa africana, foi descoberto em 1462 tendo estado sob administração de Portugal até 1975, altura em que foi proclamada a sua independência.

Em 2006 Cabo Verde tinha uma população residente de 480.000 habitantes⁹, segundo as estimativas do Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde. Tem uma Zona Económica Exclusiva de 734.265 km² e conta com uma linha de costa de 1200 km. Está inserido na zona de influência saheliano¹⁰, localização que tem contribuído para implacáveis secas cíclicas, que deixaram registos de terríveis mortandades naqueles ilhas do atlântico Médio.

Para além dos portugueses que aí se instalaram, e alguma gente oriunda de outros países da Europa, o povoamento das nove ilhas fez-se, paulatinamente, com escravos provenientes da costa africana. Cedo se revelou uma tendência para a miscigenação donde resultou uma população e uma cultura crioula de matriz europeia e africana. As condicionantes climatéricas, nomeadamente a escassez das chuvas, a insularidade, o isolamento e os fracos recursos naturais, sempre constituíram entraves ao desenvolvimento das ilhas. Não fosse a sua posição geoestratégica, enquanto entreposto comercial de escravos, numa primeira fase, e como zona para abastecimento de embarcações, após o final do tráfico negreiro, o arquipélago poderia não ter suscitado qualquer interesse. No entanto, acabaria por ser a educação, um dos elementos mais fortes do seu desenvolvimento, devidamente aproveitado pela administração portuguesa que, no início do século XX, começou a colocar cabo-verdianos letrados nos serviços públicos das restantes colónias. Aliás, à data da independência das ilhas, 5 de Julho de 1975, Cabo Verde, para além da inexistência de uma luta armada, destacava-se das demais colónias pelo facto de ter uma população mais instruída. Mesmo assim, o analfabetismo rondava os 75%. Nessa altura, o Estado emergente, alicerçado num governo de partido único estabeleceu a “Educação” como uma das suas prioridades.

Alguns estudos têm demonstrado que essa democratização do ensino e a política de formação de quadros superiores foi desenvolvida de modo a que todos os cabo-verdianos pudessem ter possibilidade de adquirir instrução (Furtado, 1997), (Afonso, 2000), (Tolentino, 2007). Embora a prática não tenha sido tão simplista como, por vezes, se tenta fazer crer, a verdade é que o modo como a Educação influenciou a população daquele país distancia-se

⁹ Hoje Cabo Verde conta com uma população de quase meio milhão de pessoas, onde 48% são homens e 52% são mulheres.

¹⁰ Países que ficam na zona do Sahel. Região de África.

da maioria dos Estados da África sub-sahariana. Assim sendo, não foram somente os homens com origem social favorecida a alcançar formação de nível superior; de facto, houve muitos jovens filhos de trabalhadores rurais, tanto do género masculino, como feminino que deixaram as ilhas para ingressarem em Universidades no estrangeiro, dada a inexistência de escolas de ensino superior no país. A pesquisa desenvolvida por Cláudio Furtado¹¹, em 1997, sobre a elite governante constituída a seguir à independência, demonstrou que 55,5% eram filhos de trabalhadores rurais e agricultores e somente 10,5% tinham pais proprietários de terras. Quanto à profissão das mães, mantém-se a origem social baixa, já que 49,4% eram donas de casa. Note-se que 76,6% dos inquiridos nessa investigação possuía formação superior. São dados que atestam uma mobilidade intergeracional contribuindo de forma clara para a alteração da estratificação social no arquipélago.

É, pois, indiscutível a importância que a educação tem tido na História de Cabo Verde. Pode mesmo dizer-se que foi através da implementação do ensino nas ilhas que surgiram os primeiros esboços da constituição de uma elite intelectual, cujo padrão de recrutamento assentava na formação escolar. Neste sentido, algumas mulheres conseguiram alcançar posições de relevo nos domínios da administração pública, nem sempre comparável a outros países africanos. Mesmo assim, continuam a constituir um grupo altamente vulnerável, com elevada taxa de desemprego e fecundidade e fortes carências ao nível da subsistência, contudo podemos constatar que a educação tem contribuído para a ascensão social da mulher em Cabo Verde que, deste modo, assume um papel relevante nas dinâmicas de desenvolvimento do arquipélago.

Em Cabo Verde, existe, hoje, um importante leque de instituições e organizações não governamentais que se preocupam com a problemática dos direitos humanos e que constituem uma garantia segura de aprofundamento da democracia e dos direitos humanos. Destacam-se, entre estas associações, a Organização das Mulheres de Cabo Verde, a Associação de Promoção da Saúde Mental “A Ponte”.

Hoje, Cabo Verde é uma democracia em consolidação, com uma vitalidade evidente, apostando na sua modernização, integrado na economia mundial e prosseguindo um desenvolvimento humano sustentado, isto é, a realização dos direitos dos seus cidadãos.

Cabo Verde deixa de pertencer ao grupo de Países Menos Avançados (PMA) e ascende à condição de País de Desenvolvimento Médio (PDM) mérito do povo cabo-verdiano, dos sucessivos governos e das instituições, pequenas e grandes que formam o estado e a sociedade. O nível de desenvolvimento atingido nestas dez ilhas é fruto de trabalho árduo e de muitos sacrifícios, que enche o seu povo de orgulho.

¹¹ A investigação incluiu a aplicação de um inquérito por questionário a 137 membros do Parlamento, do Governo e dos Partidos Políticos em Cabo Verde (FURTADO, 1997).

É com clara consciência dos riscos e dos desafios que, assim como ontem na luta pela independência e pela reconstrução do país, o governo e a sociedade se preparam para essa nova etapa, cientes de quanto maior for o desafio, mais aliciante se torna.

2.2. DEMOCRACIA EM CABO VERDE

Segundo Larry Diamond, da universidade de Stanford, a democracia é um sistema político para a escolha e substituição do governo através das eleições livres e justas; a participação activa das pessoas, como cidadãos, na política e na vida cívica; defesa dos direitos humanos de todos os cidadãos; um estado do direito, em que as leis e procedimentos se aplicam igualmente a todos os cidadãos¹².

Segundo o Dicionário da língua portuguesa online, a democracia é um sistema político fundamentado no princípio de que a autoridade emana do povo (conjunto de cidadãos) e é exercida por ele ao investir o poder soberano através de eleições periódicas livres, e no princípio da distribuição equitativa do poder; país em que existe um governo democrático; governo da maioria; sociedade que garante a liberdade de associação e de expressão e na qual não existem distinções ou privilégios de classe hereditários ou arbitrários¹³.

Levando essas duas definições para o sistema político actual cabo-verdiano podemos afirmar que Cabo Verde tem uma democracia muito activa, porque há liberdade de expressão, de imprensa, igualdades de direitos, etc. Segundo Max Weber, a democracia não consagra a igualdade absoluta dos indivíduos, mas sim a igualdade política dos cidadãos; assim como a liberdade política não é a liberdade natural, a igualdade política não é, pela mesma ordem de razão, a igualdade natural¹⁴. Isto só para dizer que não é por Cabo Verde não fazer alistamento de mulheres nas FA que deixa de ter uma democracia activa.

Segundo o artigo n.º 2, alínea 1, da Constituição da República de Cabo Verde, “a República de Cabo Verde organiza-se num Estado de Direito Democrático assente nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais” e na alínea 2 do mesmo artigo “a República de Cabo Verde reconhece e respeita, na organização do poder político, a natureza unitária do Estado, a forma republicana do governo, a democracia pluralista, a separação e interdependência dos poderes, a separação entre as igrejas e o Estado, a

¹² Disponível no site: <http://www.stanford.edu/~ldiamond/iraq/WhatsDemocracy012004.htm>

¹³ Definição da democracia segundo dicionário da língua portuguesa online, disponível no site http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx

¹⁴ Onde Max Weber explicou “modelos de sociedade”. Também disse que democracia num “modelo de sociedade” ganha uma dimensão cultural à qual corresponde, no domínio sociológico, um certo tipo de mentalidade, com formas e balizas matriciais ancoradas em princípios originais, tais como a constitucionalidade, a legalidade e a cidadania, como categoria fulcral da existência política.

independência dos tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização democrática da administração pública”.¹⁵

A universidade da Conventry, do Reino Unido, elaborou um estudo sobre a democracia cabo-verdiana, onde se constatou a elevada maturidade democrática de Cabo Verde e a facilidade com que se aceitam os resultados eleitorais.

Desde a independência, em 1975, o Estado de Cabo Verde tem funcionado sem surpresas e sem recursos a profundas reorganizações sociais, num quadro de matriz cultural e institucional marcadamente ocidental. Isto ajuda a melhor apreender em extensão e profundidade, os factores de sustentação da democracia de Cabo Verde. Essas três décadas de vida política autónoma, dos quais a primeira metade em regime de Partido Único e a outra em regime de democracia pluralista, oferecem resultados que convergem para relevar o forte substrato ocidental da cultura política e institucional em Cabo Verde (Silveira, 2005).

Conclui-se que os princípios fundadores e reguladores da democracia ocidental foram absorvidos e incorporados no sistema político cabo-verdiano, como valores e fontes de legitimação. Por conseguinte, nenhum estudioso das realidades política e sociais das ilhas poderá omitir que a reivindicação de liberdade e de igualdade por parte dos seus cidadãos não existiu. Além de constituir património cultural, a reivindicação da liberdade e da igualdade é um objectivo sempre presente na vida dos cabo-verdianos.

2.3. DIREITOS HUMANOS EM CABO VERDE

A Constituição da República de Cabo Verde prevê um leque variado de direitos fundamentais distribuídos por quatro capítulos. Pela sua importância neste tema mencionarei apenas o terceiro capítulo, onde avultam: o direito ao trabalho; **o direito à igualdade de retribuição por trabalho igual entre homens e mulheres**; a liberdade de associação profissional e sindical, etc. Isto só para dizer que Cabo Verde é um país onde as mulheres se sentem com o mesmo estatuto que os homens e se mostram sempre empenhadas e disponíveis para dar o seu contributo ao seu país.

De especial registo é o facto de a Constituição da República de Cabo Verde atribuir força vinculativa interna à Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Nações Unidas em 1948. Com efeito, reza no seu artigo 17.¹⁶ que “as normas constitucionais e legais relativas aos Direitos fundamentais devem ser interpretadas e integradas de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem”. A Constituição atribui grande importância ao direito internacional convencional. De acordo com o artigo 12.º n.º 4¹⁷,

¹⁵ Constituição da República de Cabo Verde. Lei constitucional n.º 1/V/99 de 23 de Novembro.

¹⁶ Lei constitucional n.º 1/V/99 de 23 de Novembro.

¹⁷ Idem.

da mesma, todas as normas e princípios do internacional, geral ou comum, e do direito internacional convencional validamente aprovados ou ratificados, tem prevalência, após a sua entrada na ordem jurídica interna e internacional, sobre todos os actos legislativos e normativos internos de valor infraconstitucional. O Estado de Cabo Verde ratificou os principais tratados e convenções internacionais para protecção e promoção dos Direitos Humanos, adoptados pela organização das Nações Unidas e pela organização da Unidade Africana. Cabo Verde pode considerar-se hoje razoavelmente saldado com as suas obrigações internacionais nessa matéria.

Podemos afirmar, de acordo com a agência PANA, no relatório de 2008 sobre os Direitos Humanos, que nos países PALOP, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são os países onde os Direitos Humanos foram mais respeitados.

CAPÍTULO III

3. FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE

3.1. RESENHA HISTÓRICA

A história das FA de Cabo Verde, assim como a formação da Nação, precede a independência.

A necessidade de se prepararem para a luta armada em Cabo Verde levou a direcção do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), a constituírem grupos armados para a luta de libertação no século XX em meados dos anos 60. No fragor da luta mobilizaram um punhado de jovens de que faziam parte estudantes, camponeses e trabalhadores emigrantes, juntamente com outros militantes anteriormente mobilizados, e foram enviados para Cuba, onde, em plena clandestinidade e nas montanhas dessa ilha, permaneceram cerca de dois anos, recebendo preparação militar que seria, posteriormente, continuada na ex União Soviética.

Foi a 15 de Janeiro de 1967, em Cuba, com o final da preparação e em vésperas de partir que, na presença do Amílcar Cabral, a quase totalidade dos membros do grupo, prestou individualmente, um juramento solene: “de fidelidade à luta pela independência de Cabo Verde, fosse em que circunstâncias fosse. Esses jovens, então afirmaram-se, dispostos para o sacrifício supremo se necessário para se poder alcançar a liberdade da Pátria, mas também pelo seu desenvolvimento e engrandecimento”. E esse juramento foi cumprido. Em 1988, o Governo de Cabo Verde no primeiro gesto de reconhecimento da importância deste facto, escolheu e fixou o dia 15 de Janeiro como “Dia das FA de Cabo Verde”¹⁸, (Brito, 2007).

As FA de Cabo Verde, uma instituição a que a Constituição da República comete missões delicadas, importantes, específicas, espinhosas, mas nobres, foram acumulando conhecimento e experiências que as tornam maduras. Têm um estilo e rituais próprios, mas sobretudo, têm sabido ser uma Instituição alinhada e em sintonia com o seu tempo. Porém, a sua perenidade, exige que elas continuem disponíveis para os novos desafios com que o país hoje se confronta. Felizmente, as FA vêm respondendo positivamente à dinâmica dos fenómenos modernos. Elas são republicanas, abertas e prontas a trabalhar para a sua modernização e, acima de tudo, prontas para cumprir e servir a nação (Brito, 2007).

O núcleo fundador das FA, após ter-se empenhado em todos os sectores e frentes da luta pela independência, onde alguns dos seus integrantes tombaram no campo da honra, nas

¹⁸ Após a queda do regime colonialista em Portugal, à 25 de Abril de 1974, vários elementos do grupo inicial da luta pela independência regressou à Cabo Verde para pôr de pé a estrutura das então Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), nas vésperas da independência do país, à 5 de Julho de 1975. Segundo o decreto n.º 5/88 de 30 de Janeiro foi instituído o dia 15 de Janeiro como o dia das Forças Armadas Revolucionário do Povo, FARP.

vésperas da independência nacional e nos anos que se seguiram assume activamente a organização das FA nacionais, integrando, preparando e dirigindo os jovens voluntários que massivamente se prontificaram em defender o país e prosseguiram edificando as FA cabo-verdianas. E não se limitaram à esfera militar, tendo-se registado uma vasta e qualitativa participação aos mais altos níveis de actividade do Estado de membros desse Núcleo (Brito, 2007).

Depois da proclamação da independência nacional, a lei da Organização Política do Estado atribui ao Ministério da Defesa e Segurança a responsabilidade pela defesa da independência, da soberania e integridade territorial. Em termos territoriais as FA foram estruturadas em três Regiões Militares.

Com a reorganização das FA, o Comando-Geral foi transformado em Estado-Maior, integrando os Comandos da Marinha e da Aviação, que tiveram vida efémera, e seguiram diversas direcções.

Desde a independência, as FA de Cabo Verde, já foram dirigidas por onze Ministros de Defesa e dois Secretários de Estado, e Primeiros-Ministros acumularam por três vezes a função de ministro da defesa; elas foram comandadas por seis chefes do Estado-Maior. Tendo a sua estrutura orgânica sofrido adaptações aos momentos e contextos históricos vividos no país, mas como reestruturação de fundo registaram-se:

- Na década de oitenta, a aprovação da legislação estruturante, designadamente a Lei Orgânica, o Estatuto do Oficial e do Sargento, as Normas de Promoção e o Regulamento de Disciplina Militar (RDM);

- Na década de noventa, que começa com introdução de novas missões para as FA no quadro da Nova Constituição, foram aprovadas leis decisivas, destacando-se a Lei das FA, a lei que define a Organização Global e Efectivos das FA, o Estatuto da Condição Militar, o Estatuto dos Militares, o Estatuto Remuneratórios, o Código de Justiça Militar e a revisão de várias outras normas jurídicas, onde sobressai o RDM.

- Nos anos noventa assistiu-se à criação da Guarda Costeira, composta por Unidades Navais e unidades Aéreas e à formação da primeira Companhia de Fuzileiros Navais, depois de uma experiência que não vingou em finais dos anos setenta, este período que a instituição vive ressalta a sua reestruturação por forma a poder dar melhor resposta no que respeita, também, à segurança interna. É assim que surgiu a Guarda Nacional, que está integrada essencialmente por Unidades de Polícia Militar, de Fuzileiros Navais e de Artilharia e a Guarda Costeira, reorientada para os objectivos essenciais da Constituição que são: a vigilância e fiscalização dos espaços marítimo e aéreo, bem como a preparação para acções de busca e salvamento, ao mesmo tempo que se forma a primeira unidade especial de reacção rápida para enfrentar as ameaças, sobretudo à segurança interna, de carácter mais violento (Brito, 2007).

É muito importante dizer que a continuidade das FA deve muito ao papel que tem desempenhado e à sua utilidade na sociedade. As FA cabo-verdiana têm por missão segundo a Constituição da república “...defesa militar da república contra qualquer ameaça ou agressão externa,”¹⁹ e ainda para missões com maior afinidade com a responsabilidade referida, aliás assumida em demais leis que enformam o corpo normativo da instituição, elas têm sabido dar uma contribuição de valor em várias outras frentes do desenvolvimento, tais como a sua presença nas campanhas de arborização e protecção do meio ambiente até ao apoio às populações em tempos de crise.

O quadro que segue mostra-nos os efectivos globais das Forças Armadas do ano 2008/2009:

Militares	Quadros Permanentes (QP)	Regime Contrato (RC)	Regime Obrigatório (RO)	QP + RC +RO
Coronel	3	0		3
T Coronel	6	0		6
Major	24	0		24
Capitão	44	0		44
1º Tenente	18	0		18
Tenente	31	17		48
Subtenente	0	13		13
Sarg. Mor	5	0		5
Sarg. Chefe	22	0		22
Sarg. Ajudante	32	0		32
1º Sargento	60	0		60
2º Sargento	41	13		54
Furriel	0	18		18
Cabo Adjunto	26	0		26
1º Cabo	11	17		28
2º Cabo	0	25		25
Soldados	0	12	834	834
Total	323	115	834	1260

Tabela 3.1 – Efectivos das Forças Armadas Cabo-verdianas.

Fonte: Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde.

Segundo o art.º 245 alínea 1 da Constituição da Republica de Cabo Verde, o serviço militar é obrigatória, e é dever de todo o cidadão a defesa da Pátria mãe. Nos termos da Lei do Serviço Militar Obrigatório (LSMO, art.º20) todos os cidadãos podem prestar serviço militar, excepto aqueles que forem considerados inaptos. Também de acordo com o art.º 2 da LSMO sem prejuízo do disposto no art.º 8, todos os cidadãos cabo-verdianos dos 18 aos 35 anos de idade estão sujeitos ao serviço militar obrigatório e ao cumprimento das obrigações militares dessa mesma Lei.

¹⁹ Alinha n.º 1 do artigo n.º 2 da lei constitucional n.º 1/V/99 de 23 de Novembro.

3.2. AS NOVAS MISSÕES DAS FA

Através da lei nº 89/VI/2006, de 9 de Janeiro, surge a definição do regime geral das FA Cabo-verdianas, que estabelece uma nova organização e funcionamento das FA, cuja estrutura compreende: os Órgãos Militares de Comando; a Guarda Nacional e a Guarda Costeira.

A mesma lei define as missões gerais das FA, desde as de carácter eminentemente militar às de interesse público, num quadro de apoio a autoridades civis e às populações. As missões estabelecidas orientam a actuação da componente militar de Defesa Nacional para duas grandes tarefas: a defesa militar da República, como tarefa primária contra ameaça ou agressão externas e as tarefas de fiscalização e defesa do espaço aéreo e marítimo nacionais, com o fito de garantir a segurança e soberania nas águas arquipelágicas, do mar territorial e da ZEE (Graça, 2008).

Para além destas duas missões centrais, as FA devem, nas medidas das suas capacidades, colaborar e participar em acções de interesse público, devidamente definidas na lei referida anteriormente. Essa lei vem mais uma vez, reforçar a ideia de que o poder militar se subordina ao poder político, relação que é normal numa democracia, ao afirmar que “ a definição dos sistemas de forças necessárias ao cumprimento das missões das FA compete ao Governo (...) e que este (...) é nomeado e exonerado pelo Presidente da República, sob proposta do Governo”.²⁰

A conduta operacional, logística e administrativa das forças está sob a alçada do CEMFA (Chefe Estado Maior das Forças Armadas), que assume a todo o tempo o comando completo das FA, podendo em regime de excepção chamar a si o comando operacional das forças de segurança e paramilitares, conforme a legislação em vigor.

Hoje convencionalmente enquadrado(a) na reforma das FA, prossegue a elaboração de importantes estudos conceptuais: o Projecto da reforma das FA e o Projecto de Conceito Estratégico da Defesa Nacional; e a adopção de dispositivos conceptuais e legais: as Grandes Opções do Conceito Estratégico da Defesa Nacional e Segurança Nacional, a Lei que estabelece o Regime Geral das FA e outros documentos importantes para organização sistémica e integrada da defesa nacional (Graça, 2008).

Com essa reforma, as FA tiveram a preocupação de dar formação aos seus militares no domínio técnico militar e cultural, independentemente da sua condição de prestação de serviço, visto que a formação do homem é sempre um investimento no desenvolvimento. É gratificante encontrar pelo país fora, nos mais diversos ramos de actividade, profissionais de níveis e especialidades diversas formados pelas FA ou graças à sua acção e apoio. Eles

²⁰ Artigo 9º (Sistema de Forças), capítulo II, organização e funcionamento das FA, da lei nº 89/VI/2006, de 9 de Janeiro, publicada na I Série, nº 2 do Boletim Oficial da República de Cabo Verde, de 9 de Janeiro de 2006

são professores, músicos, médicos, enfermeiros, engenheiros, marinheiros, técnicos de construção civil, etc.

O crescimento das FA, desde o primeiro instante, teve na cooperação técnico-militar um elemento fundamental e o leque de apoiantes é extenso: países como Rússia, os Estados Unidos da América, Portugal, França, Angola, Alemanha, China, Cuba, Brasil e Senegal, entre outros, têm sido excelentes parceiros nas várias etapas da vida das FA.

A presença internacional das FA Cabo-verdianas não se tem limitado à cooperação, no plano operacional. Nos últimos anos têm tido uma participação em vários exercícios internacionais, o que evidencia o bom nível de preparação das tropas cabo-verdianas no total de treze exercícios militares multinacionais, no quadro da CPLP (comunidade dos países da língua portuguesa) com exercícios da série FELINO, com duas modalidades FTX e CPX, da CEDEAO (Comunidade Económica para o Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental), da União Africana e da NATO. O exercício FELINO 2005 foi organizado em Cabo Verde pelas FA cabo-verdianas e o exercício da NRF “ Steadfast Jaguar 2006” foi também realizado em Cabo Verde. O último exercício realizado em 2007 foi o “África Endeavor”, cuja parte final foi realizada na África do Sul, (Brito, 2007).

“Se a mulher é a mais de metade do céu, ela deve ter o direito a uma representação correspondente nas instâncias política”.

(Lima, 2006)²¹

CAPÍTULO IV

4. MULHERES NA SOCIEDADE CABO-VERDIANA

O papel das mulheres na sociedade é um tema bastante actual no contexto africano, dada a desigualdade que ainda se verifica no acesso à educação e à actividade económica. Na realidade as mulheres continuam mais expostas do que os homens ao analfabetismo e ao desemprego.

Neste contexto, e na nova era da informação, é fundamental que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) não constituam um factor de exclusão, mas sim uma oportunidade para a redução da desigualdade de género, promovendo-se o acesso e domínio da utilização das TIC às mulheres em igualdade com os homens.

Cabo Verde é um país onde a classe feminina representa 52% da população, ou seja mais de metade dos habitantes. A mulher cabo-verdiana tem vindo a desempenhar um papel determinante desde os tempos coloniais. Teve um contributo marcante na povoação das ilhas, e a partir de 1963 participou activamente na luta pela independência.

1975, ano da independência de Cabo Verde foi também o ano internacional da mulher proclamado pela Nações Unidas. A ideia era começar uma década de trabalho em prol da igualdade do género. Esta data revelou-se também determinante para a mesma causa em Cabo Verde no período pós-independência.

Ao longo dos anos o estatuto da mulher foi evoluindo e o seu papel na sociedade foi ganhando destaque. A imagem da mulher que apenas se ocupava das lides domésticas deu lugar à mulher urbana, com várias actividades. Hoje, ela trabalha fora na busca da igualdade de oportunidades e de outro sustento. Tem cargos de maior responsabilidade e entrou no mundo profissional liderado maioritariamente por homens. Mesmo assim, a igualdade de oportunidades está longe de ser uma realidade.

Há trinta anos o acesso ao ensino e à formação profissional não era permitido às mulheres. Hoje o panorama é diferente e o ingresso das mulheres em estabelecimentos de ensino tornou-se idêntico ao dos homens. Mesmo assim, a taxa de analfabetismo no país continua desfavorável para a mulher.

²¹Dr. Aristides R. Lima, Presidente da Assembleia Nacional. Por ocasião de 25º Aniversário da Organização das Mulheres de Cabo Verde e do dia das Mulheres Cabo-verdianas, 26 de Março de 2006.

Nos últimos anos, Cabo Verde alcançou ganhos significativos em matéria da igualdade e equilíbrio de género. Juridicamente são concedidas as mesmas oportunidades, no acesso ao emprego, à educação e à justiça.

Em 1991 as mulheres começaram a participar activamente nas decisões políticas do país. Hoje fazem parte dos órgãos legislativos, da Assembleia da República e de toda a Administração Central. O actual governo tem sete mulheres que representam apenas 16% do executivo.

No país já foram criadas várias organizações que salvaguardam a igualdade entre géneros. A Organização de Mulheres de Cabo Verde, a MORABI, o Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género e a Rede de Mulheres Parlamentares, lutam por uma causa comum: a emancipação da mulher, a sua formação académica e a igualdade de direitos, no acesso ao emprego. Abrir caminho a uma sociedade com oportunidades para todos é o grande objectivo. Mudar mentalidades é o desafio que ainda falta conseguir e que poderá demorar mais tempo.

É de notar que a sociedade continua a ver a mulher com um estatuto inferior ao do homem. É indiscutível a sua vulnerabilidade. Mesmo quando alcança uma posição social que permite a sua auto-suficiência, a mulher continua a enfrentar diversos problemas, como a dificuldade na obtenção de cargos directivos ou possibilidade de ascensão na carreira profissional, pois espera-se que a mulher se case, tenha filhos e seja orientada para a família, isto é, o seu papel social pressupõe uma certa submissão ao poder masculino.

No que concerne ao fenómeno do desemprego, as mulheres são mais afectadas do que os homens. O facto de terem menos possibilidades de gerar auto-emprego, dificuldade em obter formação profissional e de terem responsabilidades perante o marido e os filhos, tem contribuído para o reduzido número de indivíduos do sexo feminino no meio laboral. Isto demonstra a dificuldade que a mulher cabo-verdiana tem em ingressar no mercado de trabalho.

Comparando com as do passado, hoje as mulheres cabo-verdianas estão mais conscientes dos seus direitos, tendo em conta que estão a lutar cada vez mais pela sua independência. Infelizmente a mulher continua a ser vítima de violência doméstica, mas hoje contrariamente ao que se verificava anteriormente têm sido feitas muito mais denúncias junto das autoridades competentes, que actuam no sentido de eliminar este flagelo nesta comunidade. O caminho parece longo, mas as vitórias já são significativas e começam a deixar marcas na história e na sociedade cabo-verdiana.

4.1. MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE

Cabo Verde, assim como os outros países dos PALOP, também teve presenças das mulheres nas fileiras das FA na luta pela independência. Não foram muitas, mas foram uma mais-valia, tendo ficado claro que as mulheres também são capazes de participar com audácia e como líderes no campo de batalha. Eram duas mulheres voluntárias que tiveram treino militar durante três semanas e que foram graduadas com o posto de alferes na altura que foram para a luta da independência em Guiné-Bissau.

Tendo partido para Guiné-Bissau em 1969, estas mulheres, pioneiras cabo-verdianas do Serviço Militar Feminino, cerca de 5 a 6 anos depois, foram promovidas ao posto de tenente. Hoje estão na reserva com o posto de capitão.

Outro momento marcante da presença feminina nas FA Cabo-verdianas aconteceu a 25 de Agosto de 1989. Numa altura em que estas não dispunham de médicos nos quadros permanentes da instituição, foi lançado um concurso e nessa altura a recém-formada em medicina Dr. Jaqueline decidiu concorrer. Tendo sido admitida, fez uma formação de duas semanas no centro de instrução e o tradicional “Juramento de Bandeira”. Neste momento tem o posto de capitão, pertence ao quadro permanente e está em comissão de serviço a desempenhar a função de Directora Geral de Saúde.

Nestes anos todos esta mulher tem prestado um inestimável serviço em todas as regiões militares do país, onde é conhecida por todos, servindo de exemplo para outras mulheres.

O sucesso desta iniciativa parece ter conduzido a que as FA Cabo-verdianas não deixassem de admitir as mulheres nos seus quadros como oficiais e sargentos.

Um momento alto na história das FA Cabo-verdianas aconteceu uns anos mais tarde, em 1999, com a entrada da primeira mulher²² na Academia Militar portuguesa numa primeira fase para fazer o vestibular, que depois seguiria para a Escola Naval para fazer o curso, na especialidade Administração.

Com o seu bom aproveitamento na Escola Naval, Cabo Verde tem apostado na formação de mulheres nas três Academias (Academia Militar, Academia da Força Aérea e Escola Naval). Depois da Tenente Carina, já saíram mais duas, uma da Escola Naval e outra da Academia da Força Aérea, que hoje têm o posto de tenente.

O facto das FA de Cabo Verde alistarem as mulheres na classe de oficiais primeiro do que na classe de sargento ou praças, pode parecer confuso, mas tem como objectivo testar a aceitação das mulheres nas FA, saber se seriam descriminadas ou não, e se os homens cabo-verdianos aceitariam esse facto.

O alistamento das mulheres cabo-verdianas nas FA tem demonstrado que elas conseguiram muitos dos objectivos traçados, faltando apenas a incorporação delas na classe de praças.

²² Tenente Carina, teve a iniciativa de concorrer a bolsa militar e hoje já é uma oficial de quadro permanente.

A adesão das mulheres cabo-verdianas às FA tem sido um sucesso, o que se espelha no quadro abaixo, referindo as quantidades de pessoal feminino presentes em serviço nas fileiras das FA Cabo-verdianas.

Postos	Quadro Permanente (QP)	Regime Contrato (RC)
Capitão	2	0
1º Tenente	2	0
Tenente	6	0
2º Sargento	3	1
1º Cabo	6	0
2º Cabo	0	3
Total	19	4

Tabela 4.1 – Número das mulheres nas Forças Armadas de Cabo Verde

Fonte: Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde

Neste caso podemos afirmar que já é um número representativo, visto que estatisticamente, para ser representativo no caso das mulheres nas Forças Armadas, tem de estar num intervalo fechado de 17 a intervalo aberto de 30.

Assim podemos afirmar que ao longo da história a mulher tem sido capaz de desempenhar determinadas tarefas e acções em contexto das FA, assim como se regista a sua plena integração como oficiais e sargentos na instituição militar.

4.2. MULHERES NAS FA/IGUALDADES DE DIREITOS

Não se pode começar a falar da igualdade, Lei, Mulher sem começar pela Lei Fundamental que no caso de Cabo Verde é a Constituição da República Cabo-verdiana.

Comecemos então por referir o artigo 23º da C.R.C.²³ Este artigo estabelece o princípio da igualdade, mas podemos perguntar o que será este princípio tão lato e fulcral do nosso direito. Este artigo, tantas vezes erradamente interpretado, atendendo somente à letra da lei, estabelece que ninguém será beneficiado, prejudicado, privilegiado, privado ou isento de qualquer dever em razão de raça, sexo, ascendência, língua, origem, religião, condições sociais e económicas ou convicções políticas ou ideológicas, mas este artigo, encerra mais do que a sua interpretação literal, pois o princípio que contém em si, define que ser tratado de forma igual, o que é igual e de forma desigual, o desigual, o que é o mesmo que dizer que as pessoas são diferentes e que a sua diversidade deve ser respeitada.

Este princípio da igualdade é a base de qualquer Estado Democrático, sendo inimaginável, um Estado Democrático, que não assente neste princípio, que é inclusive base de diversa

²³ Lei constitucional n.º 1/V/99 de 23 de Novembro.

legislação, como seja a Lei da Liberdade Religiosa, que estabelece o mesmo tratamento para todos os seus crentes, legislação laboral, etc.

Por serem parte integrante da sociedade, da qual não se podem dissociar, as FA também aplicam este princípio. Apesar de ser uma questão recente e só aplicado à classe de oficiais e sargentos, foi permitido o ingresso de cidadãos de sexo feminino, nas FA, Nos termos do art. nº 243 da C.R.C.²⁴, as FA são compostas por cidadãos cabo-verdianos, e o seu carácter obrigatório ou voluntário, é regulado pela Lei de Serviço Militar, aprovada pelo decreto n.º 6/93 de 24 de Maio²⁵, conforme é determinado no n.º 2 do art.º 244 C.R.C.²⁶.

De acordo com o decreto legislativo n.º 6/93 de 24 de Maio, as mulheres passaram a ser admitidas nas FA no ano de 1993, mas a incorporação das cidadãs femininas não foi total, pois o ingresso tem de resultar de acto voluntário, constatando-se igualmente que persistia uma certa relutância e diria mesmo preconceito em relação à mulher militar.

Alguns iriam até mais longe e alegariam que esta era uma prova de discriminação sofrida pela cidadã do sexo feminino, (que de acordo com a lei o previsto no art.º 32 da Lei de Serviço Militar²⁷, podem prestar serviço militar). Contudo julgamos que assim não será, pois os Homens e Mulheres são diferentes e conforme já referimos anteriormente, o Princípio de Igualdade, define que se deve tratar igualmente o que é igual e diferentemente o que é diferente.

4.3. AS OFICIAIS E AS SARGENTOS NAS FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE

Segundo Carreiras (2004) uma das principais dificuldades sentidas pelas oficiais nas FA portuguesa é a discriminação com base no género. Segunda a autora quando as mulheres são confrontadas com a questão da existência da discriminação, afirmam não terem tido essa experiencia, embora conheçam casos de discriminação efectiva e explícita.

Em Cabo Verde a mesma situação acontece, segundo a tenente cabo-verdiana Carina Lopes numa entrevista que tivemos com ela. E não é só a discriminação com base no género, mas também a resistência masculina relativamente à permanência de mulheres nas FA.

A integração das oficiais e sargentos, segundo as entrevistas que temos feito, não tem sido fácil, porque os militares de sexo oposto ainda não interiorizaram a ideia de ver mulheres a comandar os homens. Eles vêem isso como invasão do espaço tradicionalmente ocupado pelos militares do sexo masculino.

²⁴ Lei constitucional n.º 1/V/99 de 23 de Novembro.

²⁵ 1ª Serie nº 18 – Boletim Oficial de Cabo Verde de 24 de Maio de 1993.

²⁶ Lei constitucional n.º 1/V/99 de 23 de Novembro.

²⁷ 1ª Serie nº 18 – Boletim Oficial de Cabo Verde de 24 de Maio de 1993.

Elas têm utilizado estratégias para ultrapassar as dificuldades. Uma das estratégias é procurar fazer mais e melhor do que os homens para mostrar que também conseguem desempenhar as funções do comando e chefia. Mas esse esforço nem sempre é reconhecido e compensado. Nem sempre sofrem discriminação negativa, na maioria das vezes é uma discriminação positiva, onde os militares do sexo masculino dão o seu total apoio. Segundo Carreiras (2004) este é o “paradoxo da discriminação”, verificando-se que ambas as situações são prejudiciais à plena aceitação das mulheres, pois percepção da injustiça associada a formas de tratamento desigual provoca a rejeição por parte dos militares masculinos.

Segundo a tenente Carina Lopes, existem diferenças entre géneros e, como tal devem ser respeitadas. Ainda segundo ela, as mulheres devem impor a sua especificidade e não adaptar-se aos comportamentos machistas. Segundo ela, se a Constituição da República de Cabo Verde diz que a defesa da Pátria é dever de todo cidadão, e todo cidadão desde 18 anos a 35 presta serviço militar, não há razão para a não aceitação das mulheres nas FA por parte da instituição.

4.4. INTEGRAÇÃO DAS MULHERES (NA CLASSE DE PRAÇA) NAS FORÇAS ARMADAS CABO-VERDIANAS, SIM OU NÃO?

A escassez de mão-de-obra masculina tem funcionado como força impulsionadora da participação feminina no mercado de trabalho. “Este facto teve uma expressão idêntica no campo militar onde a menor disponibilidade de homens significou em geral uma ampliação de oportunidades para as mulheres.” (Carreiras, 1997).

O recurso às mulheres constitui assim uma resposta da Instituição Militar à redução demográfica por um lado e por outro à modificação estrutural da Instituição Militar com a passagem do modelo conscrito a profissional.

Sendo Cabo Verde um país onde o Serviço Militar é Obrigatório²⁸, não existe o problema de falta de homens nos centros de instrução. Além disso, Cabo Verde não tem condições financeiras para profissionalizar as FA mantendo o serviço militar obrigatório, o que torna difícil a incorporação das mulheres nas mesmas condições que os homens. Tendo por base estes dois pontos, o serviço militar para jovens do sexo feminino só pode ser no regime de voluntariado, como está publicado no artigo n.º 32 número 1 da Lei do Serviço Militar Obrigatório. Como este artigo é do desconhecimento da maioria das mulheres Cabo-verdianas, não há mulheres na classe de praça nas FA.

A questão da participação militar feminina e em particular o acesso das mulheres à classe de praças tem sido alvo de grandes discussões, donde ressaltam quatro tipos de

²⁸ Decreto legislativo n.º 6/93 de 24 de Maio. Lei de Serviço Militar Obrigatório (ver anexo 5).

argumentos. Um primeiro conjunto de argumentos relaciona-se com as características individuais das mulheres, os seus corpos e traços psicológicos (gravidez, força física, emoção, capacidade de operar sob stress), o segundo tem em conta a presença feminina nas unidades militares e consequente coacção, em terceiro os custos envolvidos na selecção e finalmente as consequências da participação militar feminina em termos de valores sociais e culturais.

Concluimos que Cabo Verde como país democrático, onde a igualdade de direitos é bem representada na Constituição, tem a obrigação de integrar jovens de sexo feminino nas FA, mas como a integração das mulheres na classe de praça exige um elevado custo para as FA e para o governo, a integração dessas jovens cabo-verdianas seria melhor no regime de voluntariado.

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO V

5. METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA

Neste capítulo faremos uma apresentação dos métodos utilizados, assim como a justificação da sua pertinência neste trabalho.

Foram usados métodos qualitativos, para efectuar a recolha de dados, assim como a sua análise.

Os instrumentos de recolha de dados utilizados foram: o inquérito por questionário e a entrevista semi-directiva.

5.1. MÉTODOS QUALITATIVOS

A expressão pesquisa qualitativa assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objectivo traduzir e expressar o sentido dos fenómenos do mundo social. Trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e acção (Maanen, 1979).

Segundo os autores Sampieri, Collado e Lúcio (2006) a pesquisa qualitativa garante uma profundidade dos dados, uma riqueza interpretativa, bem como a contextualização do ambiente e as experiencias únicas.

No que toca aos objectivos centrais da análise qualitativa, este serve para: organizar os dados; compreender profundamente o contexto dos dados; descrever as experiencias das pessoas estudadas, etc; explicar contextos, situações, fenómenos. Sampieri et al. (2006)

5.2. A ENTREVISTA

A entrevista é um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas seleccionadas cuidadosamente, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado nas perspectivas dos objectivos da recolha de informações.

Segundo Ghiglione e Matalon (1993, p. 70) a entrevista é uma conversa com um objectivo, que tem um conjunto de características, tais como: controlo de uma questão específica; verificação de um domínio de investigação cuja estrutura já é conhecida mas que se pretende averiguar acerca da evolução de determinados factores; aprofundamento de um campo que não está completamente esclarecido; exploração de um domínio que não se conhece.

Durante a investigação foram realizadas nove entrevistas semi-directivas. Desde logo, optamos por entrevistar a Ministra de Defesa de Cabo Verde, devido ao facto de ser a mais alta entidade que representa as FA Cabo-verdianas. Decidiu-se ainda por entrevistar o Vice CEMFA, por ter um conhecimento abrangente das FA Cabo-verdianas. Decidiu-se também entrevistar o Major Nildo Morais, comandante da 1ª Região Militar, por ter desempenhado a função de comandante do centro de instrução. Entrevistamos o capitão Tavares por ser a 2ª pessoa a frequentar Academia Militar de Portugal. Optou-se ainda por entrevistar o 1º Tenente Correia actualmente Chefe de Direcção de Instrução de Morro Branco, sendo a melhor pessoa para falar sobre mulher no centro de instrução, e o 1º Tenente Semedo actualmente a desempenhar as funções de Oficial de Planeamento da Instrução na Direcção da Instrução e Formação. Por fim também foram entrevistadas as oficiais das FA, por serem as primeiras mulheres a desempenharem as funções de chefia e de comando, assim para ter uma ideia de como são tratadas numa instituição tradicionalmente masculina.

5.3. O QUESTIONÁRIO

Segundo Ghiglione e Matalon (1993), para construir um questionário é obviamente necessário saber com exactidão o que se procura, garantir que as questões tenham o mesmo significado para todos, que os diferentes aspectos da questão tenham sido bem abordados, etc.

Para a construção do questionário utilizado no presente trabalho, começou-se por fazer uma revisão de literatura de questionários que mediam as mesmas variáveis que se pretende medir na pesquisa. Também tivemos em considerações três critérios fundamentais, a clareza e o rigor na apresentação, bem como comodidade/agrado para o inquirido. Deste modo tive em consideração, e como ponto de partida, o tema em estudo, o qual deve ser apresentado de uma forma clara e simplista, assim como a disposição gráfica do questionário, qualidade e cor do papel, que devem ser, também eles, adequados ao público-alvo.

A amostra é constituída por 106 mulheres cabo-verdianas com idade entre 16 a 20 anos.

No que respeita à forma, o questionário é constituído por 12 questões, umas de resposta aberta e outras de resposta fechada. Optamos por escolher questionário do tipo misto. A análise dos dados recolhidos baseou-se na temática de análise de conteúdo e estudos estatísticos.

CAPÍTULO VI

6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Conforme se vê na tabela 6.1.1, dos factores que apontamos como categorias, o *factor económico* é o que representa a maior percentagem 100%, isto é, todos os entrevistados a consideraram como o factor principal que dificulta a integração das mulheres nas FA. Os *factores social e cultural* tiveram a percentagem de 28.6%, e segundo os entrevistados são responsáveis pelo não ingresso das mulheres nas instituições. Quanto ao *factor da defesa do país* nenhum dos entrevistados o considerou como uma barreira para os cidadãos do sexo feminino.

De acordo com a tabela 6.1.1 e com a análise de conteúdo²⁹, verificamos que apesar da Constituição da República salvaguardar que todos os cidadãos têm o dever de participar na Defesa da Pátria, o *factor económico* parece ser responsável para a não integração das mulheres, porque para adequar as instalações a essa realidade, construindo casernas apropriadas e produzindo fardas seriam necessários recursos que a economia cabo-verdiana dificilmente suporta.

Tabela 6.1.1 Factores que influenciam a adesão das mulheres

Factores	Frequência	Percentagem
Económico	7	100 %
Social	2	28.6 %
Cultural	2	28.6%
Defesa do país	0	0%

Como podemos verificar na tabela 6.1.2, o regime de voluntariado tem uma percentagem de 71,4% o que mostra que a maioria dos entrevistados consideraram este regime como mais adequado para a incorporação de mulheres na classe de “Praças” nas FA. Um dos entrevistados apoiou este regime, primeiro numa fase experimental, para ver a reacção delas e dos militares do sexo masculino, passando posteriormente para regime obrigatório. Esta categoria teve uma percentagem de 14,3% assim como o regime obrigatório que um dos entrevistados defendeu como o melhor regime.

Poderemos então referir através da tabela 6.1.2 e com a análise de conteúdo³⁰, que o regime de voluntariado é o mais adequado para as FA Cabo-verdianas primeiro porque hoje em dia o regime obrigatório vem caindo em desuso deixando lugar para o voluntariado e segundo porque nos dias de hoje com o desenvolvimento do Homem, a mudança de

²⁹ Ver Anexo 3

³⁰ Idem

valores, avanços tecnológicos e com o acesso livre ao conhecimento, poderá ser melhor opção o regime de voluntariado.

Tabela 6.1.2 Regimes mais adequados nas FA Cabo-verdianas

Regimes mais adequada	Frequência	Percentagem
Voluntário	5	71.4%
Numa 1ª fase voluntário depois obrigatório	1	14.3%
Obrigatório	1	14.3%

Conforme se observa na tabela 6.1.3, a maioria dos entrevistados, representando 57,1%, afirmaram que, se um dia as mulheres viessem a ingressar nas FA na classe de “Praças” sentiriam as mesmas dificuldades que os homens. A condição física e a aceitação por parte dos outros seriam também 2 factores que poderiam dificultar o ingresso das mulheres nas FA (28.6%).

Verificamos através da análise de conteúdo³¹ e da tabela 6.1.3, que não é por serem mulheres que sentirão mais dificuldades do que os homens, mas sim, porque inicialmente todos os que chegam aos centros de instrução têm dificuldades de adaptação ao entrar no mundo militar, e nem sempre estarão preparados fisicamente e psicologicamente para a vida militar. Outra dificuldade que se pode fazer sentir é a de acompanhar a parte dos exercícios físicos pois são mais fracas fisicamente que os homens, como referimos na parte conceptual. Uma outra dificuldade é a da aceitação por parte dos militares do sexo masculino.

Tabela 6.1.3 Dificuldades sentidas pelas Mulheres

Dificuldades	Frequência	Percentagem
As mesmas que os homens	4	57.1%
A parte física	2	28.6%
Aceitação	2	28.6%

Como pode ser observado na tabela 4, cerca de 57,1% afirmaram que não há desvantagens em ter mulheres nas instituições militares. Também 57,1% dos entrevistados apontaram como vantagem a luta pela igualdade e equidade entre os géneros. E 57,1% dos entrevistados apontaram também como vantagem o desenvolvimento social. Como desvantagens 28,6 % afirmaram que as mulheres podem constituir-se num elemento perturbador os camaradas masculinos, também o período do tempo da convalescença após o parto poderá constituir-se numa desvantagem (28.6%).

Através da análise de conteúdo e da tabela 6.1.4, apuramos que as mulheres trazem mais vantagens para a instituição do que desvantagens. Porque as FA contribuiriam para a luta das mulheres na afirmação e dignificação pelo direito de igualdade e oportunidades e a

³¹ Ver Anexo 3

sociedade começaria a ver as FA como uma instituição aberta aos novos tempos promovendo a transformação da mentalidade do povo cabo-verdiano.

Tabela 6.1.4 Vantagens e desvantagens do ingresso das mulheres nas FA

	Frequência	Percentagem
Vantagens		
1. Não há	1	14.3%
2. Igualdade direito	4	57.1%
3. Desenvolvimento social	4	57.1%
4. Transformação das FA	3	42.9%
Desvantagens		
1. Não há	4	57.1%
2. Distração	2	28.6%
3. Convalescença	2	28.6%

Pela análise da tabela 6.1.5, verificamos que 100% dos entrevistados defenderam que o problema de alistamento das mulheres na classe de Oficiais e Sargentos e não na classe das Praças prende-se com a falta de infra-estruturas, isto é, a falta de casernas, fardamentos adequados ao sexo feminino, etc. Também 42,9% dos entrevistados apontaram como barreira ao alistamento feminino, o problema *cultural* representado por uma sociedade machista. Uma outra razão é a questão *política* que 28,6% dos entrevistados apontaram como obstáculo.

Através da análise de conteúdo³² e da tabela 5.1.5, observamos que a falta de infra-estruturas é um factor de elevado peso na não incorporação das mulheres nos centros de instrução para a classe de Praças. Existem mulheres Sargentos e Oficiais nas FA pela simples razão de não se encontram em regime de internato, não necessitando de alojamentos. Já no caso das mulheres na classe de Praças, elas teriam que pernoitar nas Unidades e não existem ainda alojamentos adequados.

Tabela 6.1.5 Razões da existência das Oficiais e das Sargentos e não das Praças

Porque existem as oficiais e as sargentos e não as praças	Frequência	Percentagem
Falta de infra-estruturas	7	100%
Problema Cultural	3	42.9%
Problema Político	2	28.6%

6.2. ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS QUESTIONÁRIOS

Analisando a tabela 6.2.1, podemos afirmar que 65,1% das inquiridas se sentem discriminadas pelo facto de não prestarem Serviço Militar, enquanto 34,9% não sentem qualquer discriminação.

³² Ver Anexo 3

Através da análise de conteúdo³³ e da tabela 6.2.1, podemos observar que as mulheres cabo-verdianas são discriminadas. É importante reconhecer as diferenças sem deixar de reconhecer a igualdade de direitos, que é uma questão moral, política e jurídica. Mas sendo a sociedade cabo-verdiana uma sociedade tendencialmente machista, a igualdade de direitos parece que ainda, não é reconhecida pelo povo cabo-verdiano.

Tabela 6.2.1

Discriminada por não prestar Serviço Militar	Frequência	Percentagem
Sim	69	65,10%
Não	37	34,90%

Como pode ser observado na tabela 6.2.2, mais de metade das inquiridas (54,7%), manifestaram gosto pelo Serviço Militar sendo bem visível que a maioria das mulheres cabo-verdianas gostariam de ingressar nas FA. 38,7% Afirmaram que o Serviço Militar não seria aliciante, devido às exigências de ordem física, a distância dos familiares e ao gosto por outras profissões. 15,6% das inquiridas apresentaram dúvidas quanto a esta questão.

Pode ainda depreender-se através da análise de conteúdo³⁴, que a maioria das mulheres cabo-verdianas que mostrou ter gosto pelo Serviço Militar referiram o facto de quererem fazer as mesmas coisas que os homens para mostrarem que são capazes, o gosto pelo uso de fardas e o interesse pelo armamento militar também teve o seu peso.

Tabela 6.2.2

Gosto pelo Serviço Militar	Frequência	Percentagem
Sim	58	54,70%
Não	41	38,70%
Talvez	7	15,60%

Analisando a tabela 6.2.3, podemos verificar que na maioria das vezes há uma aceitação de integração das mulheres nas FA, por parte da mãe, do pai e do namorado. É de realçar também que 48.1% das inquiridas afirmaram que o pai no começo pode opor-se mas depois acaba por aceitar.

Podemos observar que a maioria dos pais e dos namorados aceitam a ideia de ver a filha a prestar o serviço militar.

Tabela 6.2.3

Categorias	Mãe	Pai	Namorado
Aceita	43.4%	34.9%	41.5%
Começa por opor-se mas depois aceita	31.1%	48.1%	31.1%
Não aceita a ideia	18.9%	14.2%	19.8%
Manifesta a indiferença	6.6%	2.8%	7.6%

³³ Anexo 4

³⁴ Idem

De acordo com o quadro da pergunta 6 (ver anexo 4), podemos constatar que 26 mulheres inquiridas apontaram como fácil ou muito fácil o processo da integração das mulheres nas FA. Numa escala de 1 a 5, todas as inquiridas (100%) pensam que esse processo da adaptação será devido a essa afirmação, “as mulheres serem capazes de desempenhar as tarefas militares como os homens”. Logo a seguir vem “a sociedade cabo-verdiana acolhe favoravelmente a participação de mulheres nas FA” e “a existência de igualdade de oportunidades e tratamento entre militares masculinos e femininos” com 50% cada. É de frisar que na escala de 1 a 5 a afirmação, “os militares cabo-verdianos aceitam bem a presença de mulheres nas FA” ficou como menos influente no processo da adaptação das mulheres nas FA.

Passando agora para questão numero 7 do questionário em anexo, onde as inquiridas que apontaram como difícil e muito difícil o processo da adaptação/integração das mulheres nas FA, que são um total de 30, apontaram numa escala de 1 a 5 como mais influente a categoria 1 (ver anexo 4) com uma percentagem de 70%. E o que ficou como a menos influente é a categoria 2 (ver anexo 4) que é aquela que diz que as mulheres ainda não estão preparadas para desempenhar tarefas militares.

Analisando as perguntas 6 e 7 do questionário podemos afirmar que as mulheres cabo-verdianas sentem-se preparadas para prestar serviço militar e que a integração será relativamente fácil, sendo que a maior dificuldade que pode um dia vir acontecer na integração delas é a dos militares masculino, ainda não estarem preparados.

Conforme se pode verificar na tabela 6.2.4, cerca de 76% das inquiridas afirmaram que não vão ter problemas em desempenhar tarefas/funções militares o que parece evidenciar que as mulheres cabo-verdianas estão preparadas a nível psicológica e física para prestar Serviço Militar. Cerca de 24% pensam não estarem preparadas, e afirmaram que sentirão dificuldades em desempenhar funções militares.

Através da análise do conteúdo³⁵ e da tabela 6.2.4, a maioria das inquiridas afirmaram estarem preparadas e decididas para prestarem o Serviço Militar e que não teriam quaisquer problemas em desempenhar tarefa/funções militares.

Tabela 6.2.4

Problema em desempenhar funções militares	Frequência	Percentagem
Sim	25	23,60%
Não	81	76,40%

³⁵ Ver anexo Anexo 4

6.3. ESTUDOS ESTATÍSTICOS

Nesse subcapítulo vamos realizar uma análise através dos resultados adquiridos pelo programa SPSS.

Relativamente à pergunta 3 do questionário que tem a ver com a área preferência nas FA, como pode ser observado no quadro e no gráfico (ver anexo 4), a área que se destacou é a de polícia militar que teve uma percentagem de 40.6%, logo a seguir vem fuzileiros com 20.8%, artilharia com 17.9% e o que teve menos preferência é a infantaria com uma percentagem de 7.5%.

Quanto à pergunta 4 do questionário, a maioria, um total de quase 45% dos inquiridos, apontaram que o processo da adaptação/integração de mulheres nas FA não vai ser fácil nem difícil. Cerca de 21% acreditam que vai ser difícil visto que a Instituição Militar rege-se por exigências físicas e psicológicas difíceis de suportar pelo sexo feminino. Cerca de 17.0% acreditam que a adaptação vai ser fácil. Praticamente nenhuns dos respondentes apontaram que a integração vai ser muito fácil ou muito difícil.

Analisando o quadro da questão 8 (ver anexo 4), podemos afirmar que 82.1% das inquiridas pensam que as mulheres deverão participar, como os homens, em acções na zona da frente de combate isto porque elas acham que tanto os homens como as mulheres têm os mesmos direitos e que conseguem fazer as mesmas coisas. Só 17.9% é que pensam que as mulheres não podem participar na zona da frente de combate como os homens. Observamos que as inquiridas estão preparadas para participar como os homens na zona da frente de combate.

Relativamente à questão 9 do questionário, 58% das inquiridas acham que as mulheres exercem a liderança com dificuldade apenas no início perante um grupo de homens subordinados. 22% acham que exercem a liderança sempre com alguma dificuldade e 14% acham que exercem essa liderança sem dificuldade.

Relativamente a questão 10 do questionário, 60.4% das inquiridas concorda que a presença das mulheres vem favorecer a instituição. 63.2% concorda totalmente que as mulheres têm que esforçar para provar que são capazes. 41.5% concorda que nas FA as mulheres têm que adaptar-se aos valores militares e alterar a sua maneira de ser e 37.7% discorda. Cerca de 46% não concordam que as mulheres têm de ser protegida e 25.5% concorda. Um total de 34% concordaram na totalidade que nas FA as mulheres têm que se esforçar mais que os homens para conquistarem o seu lugar e serem reconhecidas e 22.6% discorda. Cerca de 32.1% das inquiridas concordaram que nas FA as mulheres não são levadas a sério e

23.6% discordam totalmente. 44.3% concordaram totalmente que nas FA, o facto de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenhos de cada militar e só 16% não concordaram com essa afirmação. Metade (50%) das inquiridas concordaram que nas FA as mulheres são muito controladas nas suas actividades e 23.6% não concordam. E finalmente 47.2% concordaram que as mulheres são sempre vistas como mulheres e só depois como militares e 15.1% discordam totalmente.

Relativamente à integração das mulheres nas FA apareceram diferentes opiniões a cerca do grau da concordância com as afirmações da questão 10 (ver anexo 4), das afirmações que teve maior percentagem, relativamente ao concordo totalmente e concordo, foram as: “a presença das mulheres vem favorecer a instituição” e a das “as mulheres militares têm de que se esforçar por provar que são capazes de fazer o que os homens fazem”. E o que teve maior percentagem, no não concordo e discordo totalmente, são: “nas FA as mulheres têm que adaptar-se aos valores militares e alterar a sua maneira de ser” e a outra é da que, “nas FA as mulheres têm que ser muita protegida”. São essas afirmações que tiveram em destaque em relação as outras. O que apuramos relativamente à esta questão é que as mulheres cabo-verdianas querem ser tratadas de igual modo que os homens.

Finalmente chegamos a questão 11 do questionário, analisando o quadro (ver anexo 4), pode afirmar que mais de metade das inquiridas cerca 53.8% sentiriam muito satisfeita se fossem militar, 33.0% sentir-se-iam satisfeitas e 9.4% pouco satisfeitas. A maioria das mulheres cabo-verdianas sentir-se-iam muito satisfeitas se fossem militares, isto mostra que elas estão preparadas e com vontade de um dia poderem ingressar na Instituição Militar.

CONCLUSÕES

De seguida iremos desenvolver algumas considerações acerca a resultados encontrados durante o estudo.

A questão central que nos propusemos foi: *Dado que Cabo Verde é o único país dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que ainda não tem as mulheres (na classe de Praças) integradas nas FA, que factores condicionam o ingresso de Mulheres nas FA de Cabo Verde?*

Ao longo da apresentação e discussão dos resultados algumas conclusões já foram apresentadas. Entretanto, as conclusões mais importantes deste estudo estão estruturadas em tópicos para facilitar a compreensão do assunto investigado. De uma forma geral podemos tirar algumas conclusões através das respostas dadas às perguntas derivadas, as quais nos permitiram responder à pergunta central.

Quais as vantagens e as desvantagens que as mulheres (praças) trazem para a Instituição Militar?

Analisando as entrevistas e comparando-as com a realidade das sociedades actuais, assim como a sociedade cabo-verdiana, poderemos dizer que, de uma forma geral a integração das mulheres na classe de “Praças” traz mais vantagens do que inconvenientes para as FA Cabo-verdianas.

Como vantagens poderemos enumerar: o contributo das FA na defesa da Mulher na afirmação e dignificação pelo direito de igualdade de oportunidades; inovação e mudança na instituição constituída tradicionalmente por homens; desenvolvimento geral da sociedade (atitude, comportamento, oportunidade e integração feminina); melhoria da imagem institucional junto da sociedade cabo-verdiana; direito do cidadão que passa a ser respeitado e a sociedade civil reconhece a instituição militar com potencialidades em termos de formação e disciplina. Como desvantagens registam-se: o seu ingresso poderá condicionar a instrução militar devido à condição física das mulheres ser tendencialmente mais débil que a dos homens; o elevado esforço logístico e financeiro para dar resposta às necessidades de infra-estruturas e outros para acolher as mulheres.

O recrutamento das mulheres na classe de praça deve ser, no regime obrigatório ou voluntário?

Com base na análise documental, entrevistas e conversas obtidas com algumas figuras da sociedade cabo-verdiana, o regime mais adequado para as mulheres na classe de “Praças” parece ser o voluntariado, isto porque nos dias de hoje com o desenvolvimento das sociedades, mudanças de valores, avanços tecnológicos com acesso livre ao conhecimento e com a crescente profissionalização das FA, parece ser o regime mais adequado.

As mulheres cabo-verdianas e a sociedade no seu todo estarão preparadas para dar esse passo?

As mulheres cabo-verdianas estão preparadas para dar esse passo, porque hoje em dia elas lutam pela igualdade de direitos e oportunidades e elas de acordo com a análise feita aos 106 questionários parece que estão psicologicamente aptas para dar esse pequeno passo que seria mais uma luta vencida pela igualdade de direitos. A sociedade cabo-verdiana é que parece ainda não está preparada para dar esse passo, ao nível das mentalidades, principalmente dos homens. Acreditamos que é um passo que tem que ser dado e que inicialmente poderá ser um choque para a sociedade mas o povo cabo-verdiano acabará por aceitar a ideia, e os opositores vão acabar por apoiar a ideia.

O que pensam as mulheres oficiais e sargentos sobre a admissão de mulheres para a classe de praças?

Sendo elas as primeiras a ingressar nas FA são favoráveis à admissão de mulheres praças, assim como apoiam a ideia de ter mulheres nos centros de instrução a receberem formação juntamente com os militares de sexo masculino. Como sabem da realidade da sociedade cabo-verdiana, elas podem considerar-se como pioneiras na igualdade de oportunidades nas FA, e por isso também querem promover as mulheres na classe de “Praças”.

Com a ajuda das respostas dadas às questões derivadas, com base nas análises de conteúdo feitas às entrevistas e com base na análise documental ficamos habilitados a responder à pergunta de partida. Para responder à questão de partida, devemos referir que, Cabo Verde não tem a mesma situação económica que os outros países dos PALOP. O *factor económico* é sem dúvida o principal factor de entrave visto que as FA Cabo-verdianas ainda não possuem casernas apropriadas para elas assim como fardamento; *um outro factor é o da política, como sabemos cada país tem a sua política e a de Cabo Verde neste momento, é o de não ingresso das mulheres na classe de “Praças” por falta de infra-estruturas*; o outro *factor é cultural*, pois a sociedade cabo-verdiana é uma sociedade tendencialmente machista, o que contribui para aumentar essa barreira e por fim temos o *factor social*, sendo inegável que o aumento da participação feminina nas FA constitui um dos mais notáveis desenvolvimentos das últimas décadas em todas as sociedades, mas a sociedade cabo-verdiana ainda não está preparada para ver a mulheres a receberem instrução misturadas com os homens.

Verificação de Hipóteses

A investigação levada a cabo permitiu ao autor a verificação das hipóteses levantadas no início do processo e que com a pergunta de partida e questões de investigação, constituíram a bússola orientadora no caminho percorrido até aqui.

Quanto à **hipótese 1**, confirmou-se que sendo Cabo Verde um país democrático, e verificando que os estudos indicam que nos países democráticos a tendência é para a

abertura da Instituição Militar às mulheres (em todas as classes), será expectável que isso aconteça na sociedade cabo-verdiana num futuro próximo.

Relativamente à **hipótese 2**, confirmou-se igualmente que sendo Cabo Verde uma sociedade ainda marcada por uma grande diferenciação no acesso a determinadas profissões (sectores/áreas), também nas instituições militares se vêm reflectidos estes processos de diferenciação.

Quanto à **hipótese 3**, os estudos permitiram ao autor confirmar que as adaptações no plano legal de infra-estruturas e comando de homens por mulheres influenciaram relativamente a entrada das mulheres nas FA.

Por último, em relação à **hipótese 4** também foi confirmada, dado que o estudo mostra que a igualdade de cidadãos é um princípio básico, consagrado na Constituição da República de Cabo Verde, será inevitável que se conceda às mulheres o direito de admissão nas FA, na classe de Praças.

Considerações Finais

A natureza respeitável e a estrutura masculina da sociedade cabo-verdiana contribuem para a definição de um estatuto da mulher que está longe de ser igual ao do homem. Mesmo quando alcançam posições de topo, subsiste a falta de reconhecimento da sua autoridade e, até, do seu poder. Existem conflitos e algumas dificuldades no exercício de funções de chefia, principalmente quando parte dos subordinados pertence ao género masculino, não sendo raras as situações de ameaça física e psicológica. Quando as mulheres estão sujeitas a hierarquias superiores, são bastante frequentes as situações de assédio sexual que as próprias receiam denunciar. Quer isto dizer que existe um enraizamento bastante profundo nos princípios dicotómicos de organização da sociedade na qual as decisões eram tomadas pelos homens. Todavia, as estruturas de poder já permitem o acesso de algumas mulheres que, graças ao seu mérito profissional e escolar, se posicionam em lugares importantes da hierarquia social, integrando e participando activamente na melhoria do desenvolvimento do país.

As inovações tecnológicas mudaram a natureza da guerra contemporânea tornando o antiquado combate de perto menos provável e deixando o papel do combatente moderno mais neutral do que nunca em relação ao sexo.

Em Cabo Verde ocorreu já uma experiência muito positiva com o serviço militar feminino durante o período da guerra colonial. Porém, a admissão de mulheres nas FA só se iniciou nos finais da década de noventa, com a restrição do ingresso na classe das Praças.

A integração das mulheres oficiais e sargentos nas FA tradicionalmente masculinas tem decorrido de uma forma que pode considerar-se relativamente fácil na medida em que não

tem causado problemas de relevo. Tem-se verificado alguma atenção por parte dos políticos em especial no início do processo e também alguma tolerância no sector militar.

Quanto à classe de Praças, para que a integração das mulheres seja possível deverá ter-se em conta os seguintes aspectos:

- Ajustamento dos equipamentos e reorganização dos processos de trabalhos;
- Necessidade recíproca de adaptação Mulher – Instituição;
- Necessidade de criar condições de habitabilidade nos quartéis;
- Desenvolvimento de uma política de propaganda de recrutamento feminino, apelativa às características essenciais da mulher;
- Criação de infra-estruturas adequadas;
- Adaptação dos padrões físicos aos requisitos da função, em vez de aplicação de padrões diferentes para cada sexo;
- Necessidade de adoptar o regime de voluntariado;
- Adaptação de terminologia militar aos cidadãos do sexo feminino.

É de frisar que estes aspectos acima serão facilitadores no processo de integração das mulheres nas FA na classe de Praças.

BIBLIOGRAFIA

Livros:

CARRILHO, M. (1994). *Democracia e Defesa: Sociedade Política e Forças Armadas em Portugal*. Lisboa: publicações Dom Quixote.

CARREIRAS, H. (1997). *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos.

ESTRELA, A. (1994). *Teoria e Prática de Observação de professores, uma Estratégia de Formação de Professores*. Lisboa: Porto Editora.

FURTADO, C. (1997). *Génese e (Re) Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde*. Praia: instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco.

GHIGLIONE, R. & Matalon, B. (1993). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.

SAMPIERI, R., Collado, C. H. & Lúcio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill.

SARMENTO, M. (2008). *Guia Prático sobre Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada editora.

LASZLO, C. I. (1999). *Training Possibilities for Women*. Minerva: Quarterly Report on Women and the Military. Fall-Winter.

SILVEIRA, O. (2005). *A Democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Edições Colibri.

TOLENTINO, A. C. (2007). *Universidade e Transformação Social Nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: o Caso de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

WEBER, M. (1946). *Politics as a Vocation, in Gerth and Mills*. New York.

VAZ, M. (2004). *Apontamentos de Sociologia Militar*. Lisboa: Serviços Gráficos de Academia Militar.

Artigos Publicados em Periódicos:

AFONSO, M. M. (2000/2001). *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*. In *África Debate* nº 2. Lisboa: ISCTE.

ALVES, J. H. E. (1999). *A Mulher e as Forças Armadas Portuguesas*. Revista Nação e Defesa, (88), pp. 71-80.

BRITO, R. (2007). *Os Quarenta Anos das Forças Armadas de Cabo Verde*. Revista Militar, (2464).

GONZÁLEZ, A. A. (2005). *Aspectos Psicosociales de la Integración de la Mujer en las Fuerzas Armadas, in Mujer, Fuerzas Armadas y Conflictos Bélicos. Una Visión Panorâmica*. Monografias del Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional Fundación Sagardoy, (78). Ministério de Defensa.

MAANEN, J. V. (1979). *Reclaiming qualitative methods for organizational research*, In administrative science quarterly, vol. 24.

MANZANARES, B. G. (2005). *Las Mujeres a Través de la Historia. Trabajo Silenciado, in Mujer, Fuerzas Armadas y Conflictos Bélicos. Una Visión Panorâmica*. Monografias del Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional Fundación Sagardoy, (78). Ministério de Defensa.

Teses e Monografias:

CARREIRAS, H. (1994). *Mulheres – soldados ou soldados – Mulheres? Um estudo sobre a participação Feminina nas Forças Armadas Portuguesas*, Dissertação de Mestrado em Sociologia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

GRAÇA, J. A. R. (2008). *A Evolução do Pensamento Estratégico Cabo-Verdiano – 1975 a 2007*, Dissertação de Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/ Academia Militar.

NUNES, A. J. M. P. (2003). *Planeamento e Gestão dos Militares do Sexo Feminino no Exército Português: perspectiva funcional e de integração social com particular incidência nos RV/RC*, dissertação final do curso Superior de Comando e Direcção. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Legislação:

Constituição da República de Cabo Verde, lei constitucional n.º 1/V/99 de 23 de Novembro.

Decreto Legislativo nº6/93 de 24 de Maio – Lei Serviço Militar Obrigatório.

Decreto n.º5/88 de 30 de Janeiro – BOLETIM OFICIAL DE CABO VERDE N.º5 DE 30 DE JANEIRO DE 1988 CONSELHO DE MINISTROS.

Decreto-lei n.º81/95 de 26 de Dezembro – Estatutos Militares.

Endereços electrónicos:

www.governo.cv

(acedido em 18 de Janeiro de 2009)

www.un.org

(Acedido em 4 Fevereiro de 2009)

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Biologia>

(Acedido em 27 de Fevereiro de 2009)

<http://sentirbem.uol.com.br/index.php?modulo=artigos&id=85&tipo=3>

(Acedido em 27 de Fevereiro de 2009)

<http://www.guia.heu.nom.br/eletroencefalograma.htm>

(Acedido em 8 de Março de 2009)

<http://www.stanford.edu/~ldiamond/iraq/WhalsDemocracy012004.htm>

(Acedido em 25 de Março de 2009)

http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx

(Acedido em 4 de Abril de 2009)

<http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>

(Acedido em 20 de Março de 2009)

ANEXOS

ANEXO 1

Guia do Questionário

Este questionário destina-se ao estudo e levantamento das percepções das mulheres sobre o tema da *participação feminina nas Forças Armadas (FA)*.

Não existe tempo limite nem respostas boas ou más, no entanto pedimos que seja rápida e que as respostas correspondam à sua maneira de pensar e agir.

Este questionário é confidencial e anónimo, incluindo os dados de caracterização pessoal indispensável ao tratamento estatístico e apenas para este fim.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Idade _____

Local de nascimento _____

Habilitações Literárias _____

Nº de filhos _____

1. Cabo Verde é um país onde não se faz incorporação das mulheres “na classe de praças” nas Forças Armadas. Sente-se discriminada em relação aos homens por não poder prestar serviço militar? _____ Porquê?

_____.

2. Gostaria de cumprir/prestar serviço militar? -----

Porquê? _____

3. Se pudesse ingressar nas FA que área gostaria de seguir? Marque com uma cruz:

Guarda Costeira, _____ [] 1

Fuzileiros, _____ [] 2

Polícia Militar, _____ [] 3

Infantaria, _____ [] 4

Artilharia, _____ [] 5

4. De uma forma geral, como acha que as pessoas reagirão à entrada das mulheres no serviço militar?

(Para cada pessoa, assinale com uma X, **apenas uma** resposta no espaço respectivo)

	a) Mãe	b) Pai	c) Cônjuge/namorado
1) Aceita			
2) Começa por opor-se mas depois aceita			
3) Não aceita a ideia			
4) Manifesta indiferença			

5. Na sua opinião, o processo de adaptação/integração de mulheres nas FA será:

(Assinale com um X apenas uma resposta)

Muito fácil [] 1
 Fácil [] 2
 Nem Fácil nem difícil[3]
 Difícil[] 4
 Muito difícil ... [] 5

6. Se respondeu fácil ou muito fácil, pensa que isso será devido a:

(Assinale com um nº de 1 a 5 as suas prioridades)

a) Os militares cabo-verdianos aceitam bem a presença de mulheres nas Forças Armadas	
b) As mulheres são capazes de desempenhar as tarefas militares, como os homens	
c) A sociedade cabo-verdiana acolhe favoravelmente a participação de mulheres nas Forças Armadas	
d) Existência de igualdade de oportunidades e tratamento entre militares masculinos e femininos	
e) Existência de espírito de camaradagem e entreaajuda entre homens e mulheres	

f) outras razões:

7. Se respondeu difícil ou muito difícil, pensa que isso será devido a:

(Assinale com um nº de 1 a 5 as suas prioridades)

a) Os militares cabo-verdianos não estarem ainda preparados para aceitar a presença de mulheres nas Forças Armadas	
b) As mulheres não estarem ainda preparadas para desempenhar tarefas militares	
c) A sociedade cabo-verdiana não estar preparada para ver com bons olhos as mulheres que queiram integrar-se nas Forças Armadas	
d) Concorrência pouco leal entre homens e mulheres	
e) Inexistência de um verdadeiro espírito de camaradagem entre homens e mulheres	

f) Outras razões:

8. Pensa que as mulheres deverão participar, como os homens, em acções na zona da frente de combate?

(assinale com um X apenas uma resposta, no quadradinho respectivo)

Sim [] 1
 Não [] 2

9. Acha que é fácil para as mulheres exercerem a liderança perante um grupo de homens subordinados?

(assinale com um X apenas uma resposta, no quadradinho respectivo)

- Sempre com muita dificuldade[] 1
 Sempre com alguma dificuldade [] 2
 Com dificuldade apenas no início[] 3
 Sem dificuldade..... [] 4

10. Relativamente à integração de mulheres nas Forças Armadas é frequente aparecerem diferentes opiniões. Gostaríamos de saber qual é o grau de concordância com as seguintes afirmações.

(Para cada uma das alíneas, assinale com um X o espaço correspondente à sua opinião)

	Concordo totalmente (1)	Concordo (2)	Não concordo (3)	Discordo totalmente (4)
a) A presença das mulheres vem favorecer a instituição militar				
b) As mulheres militares têm que se esforçar por provar que são capazes de fazer o que os homens fazem				
c) Nas Forças Armadas, as mulheres têm que adaptar-se aos valores militares e alterar a sua maneira de ser				
d) Nas forças armadas as mulheres têm k ser muita protegida				
e) Nas Forças Armadas as mulheres têm que se esforçar mais que os homens para conquistarem o seu lugar e serem reconhecidas				
f) Nas forças armadas as mulheres não são levadas a sério				
g) Nas Forças Armadas, o facto de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenhos de cada militar				
h) As mulheres militares são muito controladas nas suas actividades				
i) Nas forças armadas as mulheres são, antes de mais, vistas como mulheres e só depois como militares				

11. Como se sentiria, se fosse militar?

(Assinale com um X apenas um quadradinho)

- Muita satisfeita[] 1
 Satisfeita.....[] 2
 Pouca satisfeita[] 3
 Nada satisfeita[] 4

12. Pelo facto de ser mulher acha que iria sentir algum problema no desempenho de actividades/funções militares? (assinale com um X o quadradinho respectivo)

Sim[]

Não[]

Se responder sim, que tipo de problemas poderia vir a sentir?

.....

ANEXO 2

Guia de Entrevistas

1- Na sua opinião, quais são os factores que poderão dificultar a incorporação das mulheres nas FA e nos os centros de instrução?

2- Comparando com os outros países do PALOP, Cabo Verde é o único que ainda não incorporou mulheres na classe das “praças” nas Forças Armadas. Em sua opinião porquê? Se um dia viesse acontecer, qual seria melhor regime (obrigatório ou voluntario) para as recrutar? Porquê?

3- Em sua opinião quais serão as principais dificuldades que as mulheres cabo-verdianas sentirão ao ingressar na classe das praças nas Forças Armadas? Porquê?

4- Quais as principais vantagens e desvantagens que as mulheres praças trazem para a instituição?

5- Porquê que actualmente existem mulheres oficiais e sargentos e não existem praças”? Acha que as Forças Armadas de Cabo Verde estarão preparadas a nível material e cultural para um eventual ingresso das mulheres na classe das praças?

ANEXO 3

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Mulheres nas Forças Armadas				
	Categorias	Indicadores	Frequência	%
Factores que influenciaram à adesão das Mulheres	1. Económico	“Faltas de condições, principalmente de alojamento, logísticas e sanitárias”	7	100 %
	2. Social	“Sociedade machista”	2	28.6 %
	3. Defesa do País	_____	0	0%
	4. Cultural	“Mentalidade machista e a cultura africana”	2	28.6%
Regimes mais adequados	Voluntário	“Voluntariado, porque, nos dias de hoje com o desenvolvimento do homem (intelectual), mudança de valores, avanços tecnológicos com acesso livre ao conhecimento, já não se justifica o regime obrigatório.”	5	71.4%
	Numa 1ª fase Voluntário depois obrigatório	“Numa primeira fase voluntariado que seria experimental, só depois quando estivesse consolidado passaria por regime obrigatório”	1	14.3%
	Obrigatório	“O regime obrigatório parece-me numa primeira fase mais adequada pois permite ganhar experiência com os erros que certamente cometeremos e recolher assim subsídios importantes”	1	14.3%
Dificuldades sentidas por mulheres ao ingressar nas FA	As mesmas que os Homens	“Serão tendencialmente as mesmas que qualquer uma que ingressa nas Forças Armadas sentirá”	4	57.1%
	A parte física	“Adaptabilidade a um meio mais rústico e com regras bem delineadas”	2	28.6%
	A aceitação	“Dependerá da forma como o grupo dominante (sexo masculino) as aceitar, e da forma como elas próprias se conseguirem impo”	2	28.6%
Vantagens e desvantagens para	Desvantagens			
	1.não há	“Na verdade não há desvantagens, porque, o	4	57.1%

instituição		que parece desvantagens será futuramente positiva”		
	2. Distracção e quebra do ritmo	“Quebra o ritmo e ímpeto dos cursos” “Distracção por parte do sexo masculino”	2	28.6%
	3.convalescença	“Têm mais a ver com os períodos menstruais, gravidez e o período de convalescença pós parto”	2	28.6%
	Vantagens			
	1. Não há	“Não há quaisquer vantagens ou inconvenientes”	1	14.3%
	2. Igualdade de direito	“As vantagens são de credibilizar a instituição quanto à igualdade de géneros e de direitos”	4	57.1%
	3. Desenvolvimento social	“Desenvolvimento geral da sociedade (atitude, comportamento, oportunidade e integração feminina)”	4	57.1%
	4. Transformação das FA	“a contribuição das Forças Armadas na luta da Mulher na afirmação e dignificação pelo direito de igualdade de oportunidades;	3	42.9%
Razão da existência das oficiais e das sargentas e não das Praças	Falta das infra-estruturas	“Estas não se encontram em regime de internato o que facilita e muito, já que não existe a mesma necessidade de alojamentos”	7	100%
	Cultural	“A nível de material esta preparado, a nível cultural seriam só o primeiro choque, depois tudo se normalizava.”	3	42.9%
	Política	“Porque infelizmente os nossos dirigentes políticos e militares não estão interessados nas FA”	2	28.6%

ANEXO 4

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

Apresentação de resultado das questões 1, 2 e 12 do questionário.

Mulheres nas Forças Armadas				
	Categorias	Indicadores	Frequência	%
Discriminação em relação aos homens por não prestar SM	Sim	“Sim porque acho que tanto as mulheres como os homens devem prestar Serviço Militar”	69	65.1%
	Não	“Porque na minha opinião um homem e uma mulher são iguais e ambos têm os mesmos deveres”	37	34.9%
Gosto pelo SM	Sim	“Porque eu gostaria de ajudar o meu país”	58	54.7%
	Não	“Porque é muito desgastante”	41	38.7%
	Talvez	“Para aprender a ter disciplina e contribuir de alguma forma para desenvolvimento do meu país”	7	15.6%
Problema em desempenhar funções militares	Sim	“O cansaço por não estar acostumada a exercícios físicos”	25	23.6%
	Não	Nada a referir	81	76.4%

Apresentação de resultado da questão 4 do questionário.

Mulheres nas Forças Armadas				
Reacção das pessoas	Categoria	Indicadores/%/Frequências		
		Mãe	Pai	Namorado
	Aceita	46 43.4%	37 34.9%	44 41.5%
	Começa por opor-se mas depois aceita	33 31.1%	51 48.1%	33 31.1%
	Não aceita a ideia	20 18.9%	15 14.2%	21 19.8%
	Manifesta a indiferença	7 6.6%	3 2.8%	8 7.6%

Apresentação de resultados da questão 6 do questionário. Essa questão só os inquiridos que responderam como fácil e muito fácil a pergunta da adaptação das mulheres nas FA é que vão ser analisados. São 26 inquiridos.

Mulheres nas Forças Armadas						
	Categoria	Indicadores/%/Frequências				
		1	2	3	4	5
Prioridades das inquiridas	1. Os militares cabo-verdianos aceitam bem a presença de mulheres nas FA				16 61.5%	10 38.5%
	2. As mulheres são capazes de desempenhar as tarefas militares, como os homens	26 100%				
	3. A sociedade cabo-verdiana acolhe favoravelmente a participação de mulheres nas FA		13 50%	7 26.9%		6 23.1%
	4. Existência de igualdade de oportunidades e tratamento entre militares masculinos e femininos		13 50%	13 50%		
	5. Existência de espírito de camaradagem e entreajuda entre homens e mulheres			6 23.1%	10 38.5%	10 38.5%

Apresentação de resultados da questão 7 do questionário. Essa questão só as inquiridas que responderam como difícil e muito difícil a pergunta nº 5 do questionário. São no total 30.

Mulheres nas Forças Armadas						
	Categoria	Indicadores/%/Frequências				
		1	2	3	4	5
Prioridades das inquiridas	1. Os militares cabo-verdianos não estarem ainda preparados para aceitar a presença de mulheres nas FA	21 70%	9 30%			
	2. As mulheres não estarem ainda preparadas para desempenhar tarefas militares				2 6.7%	28 93.3%
	3. A sociedade cabo-verdiana não estar preparada para ver com bons olhos as mulheres que queiram integrar-se nas FA		13 43.3%	15 50%		2 6.7%
	4. Concorrência pouco leal entre homens e mulheres	9 30%		5 16.7%	16 53.3%	
	5. Inexistência de um verdadeiro espírito de camaradagem entre homens e mulheres		8 26.7%	10 33.3%	12 40%	

Estatísticas das perguntas 3, 5, 8, 9 e 11 do questionário. Frequencies

Statistics

	Idade	Habilitações	Área FA	Adaptação	Participação na ZC	Liderança mulher	Sentimentos se Fossem militar
N Valid	106	106	106	106	105	106	106
Missing	0	0	0	0	1	0	0
Mean	16,6226	10,6226	2,9623	3,0755	1,1810	2,8019	1,6321
Std. Deviation	1,12506	0,79825	1,24154	1,03001	0,38683	0,74858	0,80859
Minimum	16,00	10,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Maximum	20,00	12,00	5,00	5,00	2,00	4,00	4,00

Frequency Table

Idade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 16,00	74	69,8	69,8	69,8
17,00	14	13,2	13,2	83,0
18,00	6	5,7	5,7	88,7
19,00	8	7,5	7,5	96,2
20,00	4	3,8	3,8	100,0
Total	106	100,0	100,0	

Habilitações

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 10,00	61	57,5	57,5	57,5
11,00	24	22,6	22,6	80,2
12,00	21	19,8	19,8	100,0
Total	106	100,0	100,0	

Área das FA (questão 3 do questionário)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Guarda costeira	14	13,2	13,2	13,2
Fuzileiros	22	20,8	20,8	34,0
Polícia militar	43	40,6	40,6	74,5
Infantaria	8	7,5	7,5	82,1
Artilharia	19	17,9	17,9	100,0
Total	106	100,0	100,0	

Processo da Adaptação das mulheres (questão 5 do questionário)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito fácil	8	7,5	7,5	7,5
	Fácil	18	17,0	17,0	24,5
	Nem fácil nem difícil	48	45,3	45,3	69,8
	Difícil	22	20,8	20,8	90,6
	Muito difícil	10	9,4	9,4	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

Participação na Zona da Frente de Combate (questão 8 do questionário)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	87	82,1	82,1	82,1
	Não	19	17,9	17,9	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

Liderança da mulher perante homens (questão 9 do questionário)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sempre com muita dificuldade	6	5,7	5,7	5,7
	Sempre com alguma dificuldade	24	22,6	22,6	28,3
	Com dificuldade apenas no início	61	57,5	57,5	85,8
	Sem dificuldade	15	14,2	14,2	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

Sentimentos se fossem militar (questão 11 do questionário)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita satisfeita	57	53,8	53,8	53,8
	Satisfeita	35	33,0	33,0	86,8
	Pouca satisfeita	10	9,4	9,4	96,2
	Nada satisfeita	4	3,8	3,8	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

Bar Chart

Gráfico da idade das inquiridas no questionário

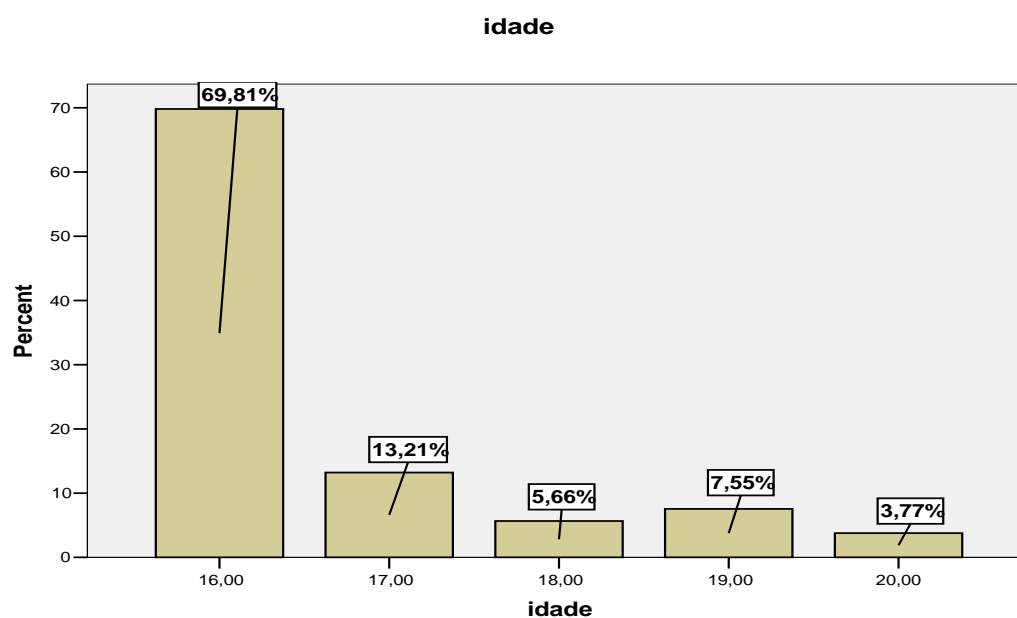


Gráfico das habilitações das inquiridas no questionário.

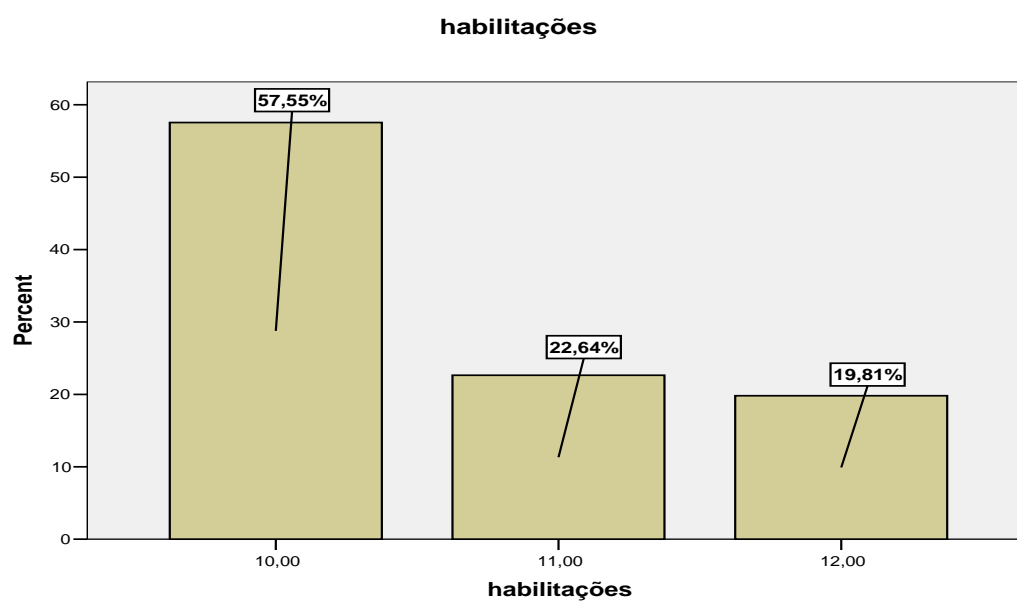


Gráfico da questão 3 do questionário.

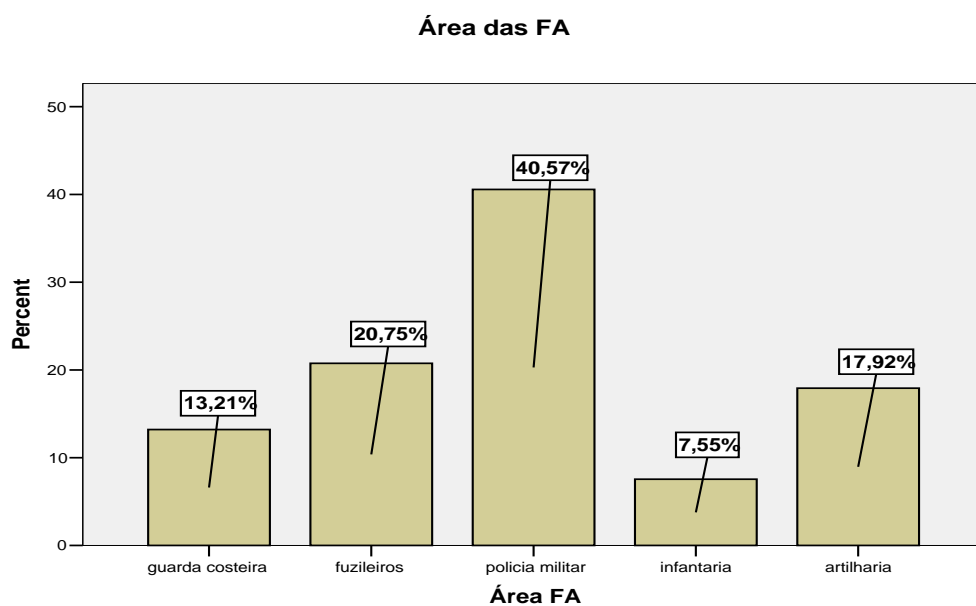


Gráfico da questão 5 do questionário.

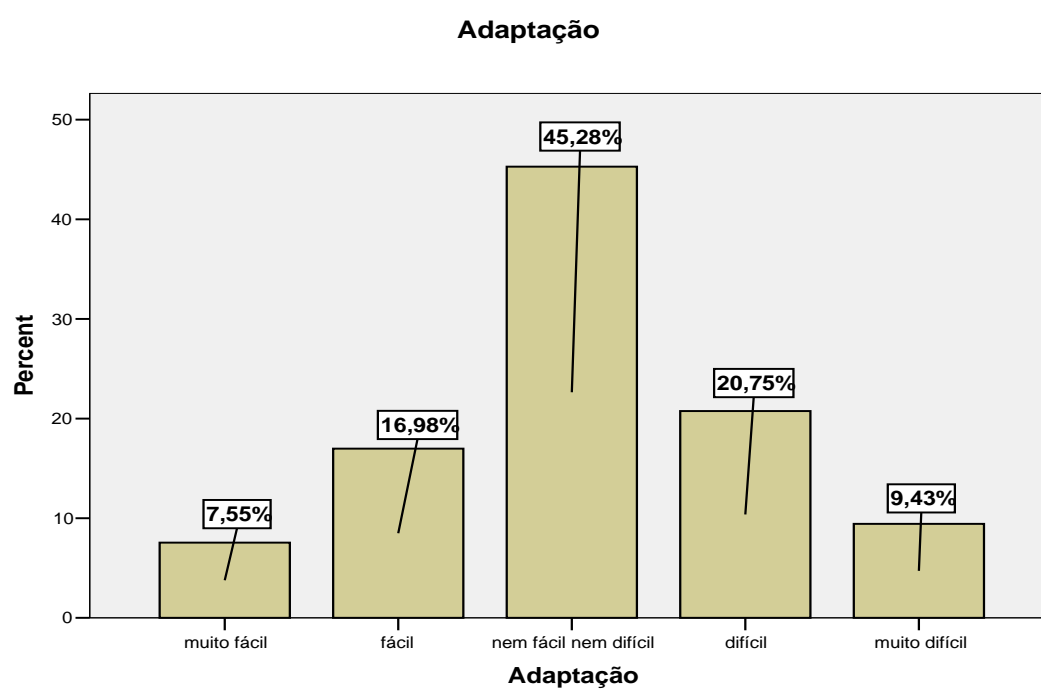


Gráfico da questão 8 do questionário.

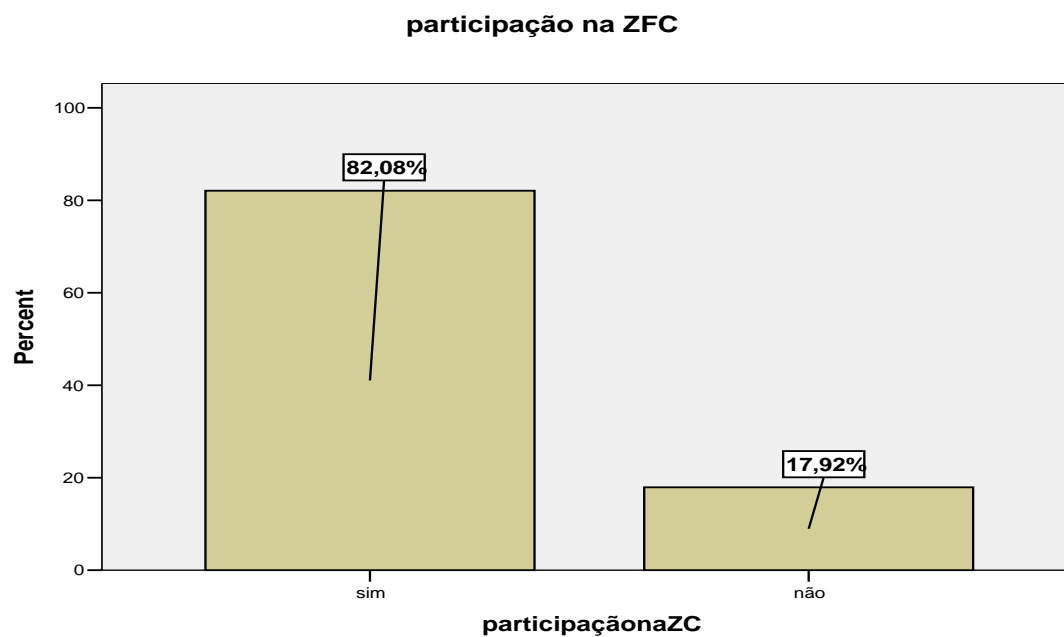


Gráfico da questão 9 do questionário.

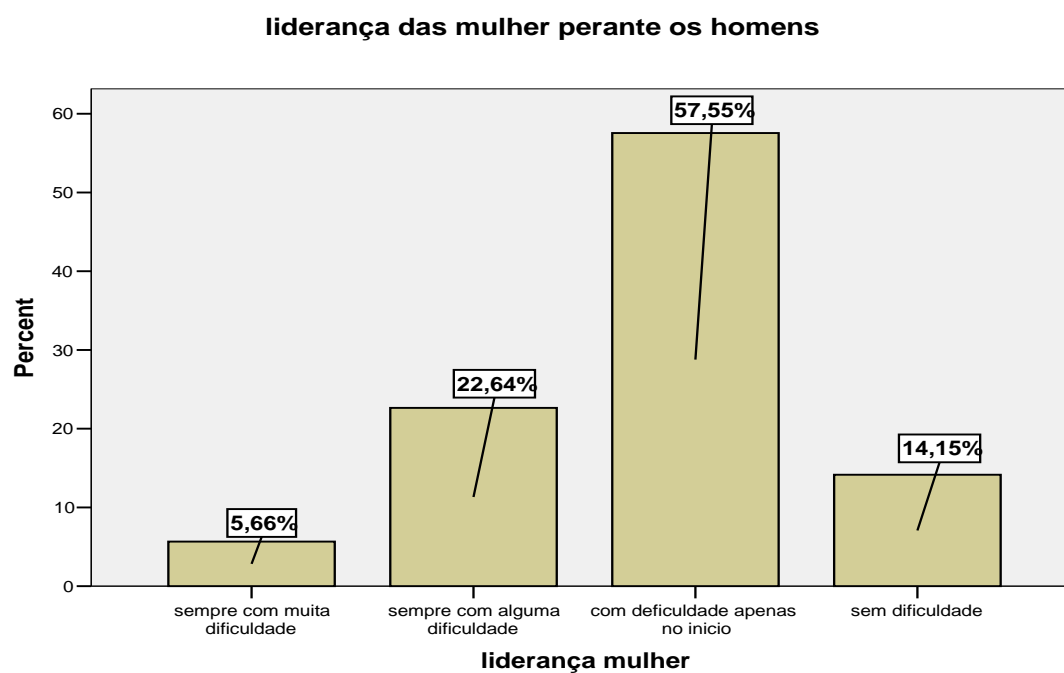
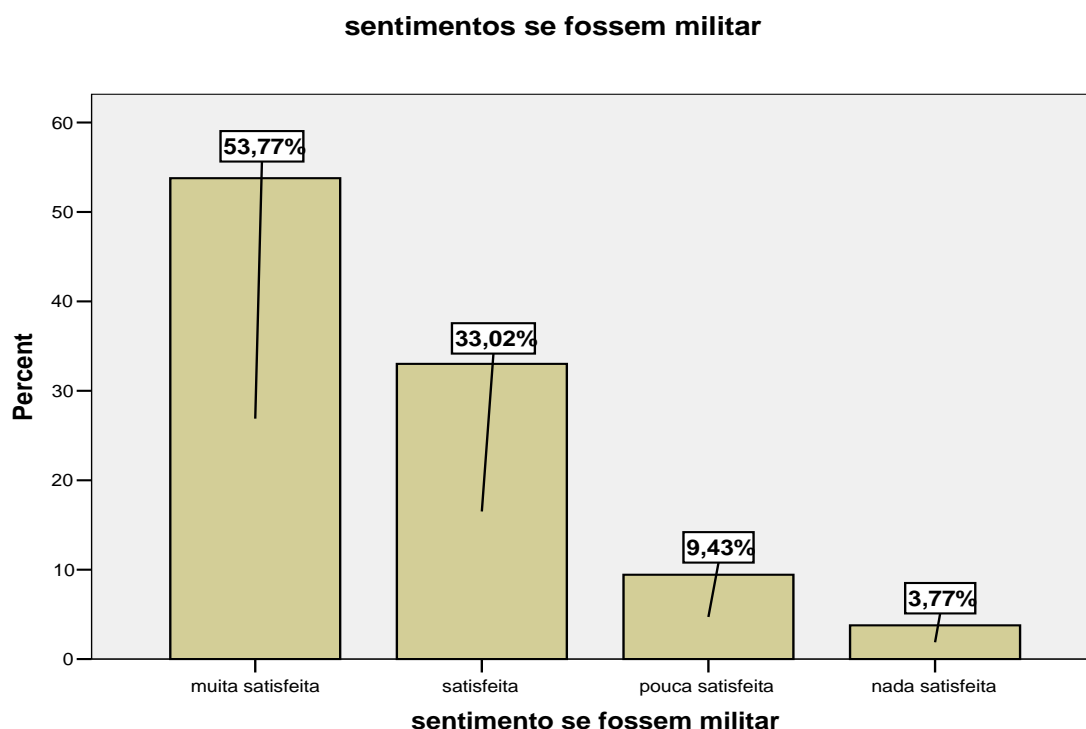


Gráfico da questão 12 do questionário.



Questão 10 do questionário

Statistics										
		A presença das mulheres vem favorecendo a instituição	As mulheres militares têm que se esforçar por provar que são capazes de fazer o que os homens fazem	Nas FA as mulheres tem que adaptar-se aos valores militares e alterar a sua maneira de ser	Nas FA as mulheres têm que ser muito protegida	Nas FA as mulheres têm que se esforçar mais que os homens para conquistarem o seu lugar e serem reconhecidas	Nas FA as mulheres não são levadas a sério	Nas FA, o facto de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenhos de cada militar	As mulheres militares são muito controladas nas suas actividades	Nas FA as mulheres são antes de mais, vistas como mulheres e só depois como militares
N	Valid	106	106	106	106	106	106	106	106	106
	Missing	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mean		1,6604	1,3962	2,5377	2,5189	2,2075	2,4811	1,7736	2,2264	2,2075
Std. Deviation		0,53250	0,54649	0,81853	0,90744	1,08423	1,07996	0,81979	0,84271	0,97313
Minimum		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Maximum		3,00	3,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00

Frequency Table

A presença das mulheres vem favorecer a instituição

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	39	36,8	36,8	36,8
	Concordo	64	60,4	60,4	97,2
	Não concordo	3	2,8	2,8	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

As mulheres militares têm que se esforçar por provar que são capazes de fazer o que os homens fazem

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	67	63,2	63,2	63,2
	Concordo	36	34,0	34,0	97,2
	Não concordo	3	2,8	2,8	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

Nas FA as mulheres tem que adaptar-se aos valores militares e alterar a sua maneira de ser

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	9	8,5	8,5	8,5
	Concordo	44	41,5	41,5	50,0
	Não concordo	40	37,7	37,7	87,7
	Discordo totalmente	13	12,3	12,3	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

Nas FA as mulheres têm que ser muita protegida

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	18	17,0	17,0	17,0
	Concordo	27	25,5	25,5	42,5
	Não concordo	49	46,2	46,2	88,7
	Discordo totalmente	12	11,3	11,3	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

Nas FA as mulheres têm que se esforçar mais que os homens para conquistarem o seu lugar e serem reconhecidas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	36	34,0	34,0	34,0
	Concordo	29	27,4	27,4	61,3
	Não concordo	24	22,6	22,6	84,0
	Discordo totalmente	17	16,0	16,0	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

Nas FA as mulheres não são levadas a sério

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	23	21,7	21,7	21,7
	Concordo	34	32,1	32,1	53,8
	Não concordo	24	22,6	22,6	76,4
	Discordo totalmente	25	23,6	23,6	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

Nas FA, o facto de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenhos de cada militar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	47	44,3	44,3	44,3
	Concordo	39	36,8	36,8	81,1
	Não concordo	17	16,0	16,0	97,2
	Discordo totalmente	3	2,8	2,8	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

As mulheres militares são muito controladas nas suas actividades

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	19	17,9	17,9	17,9
	Concordo	53	50,0	50,0	67,9
	Não concordo	25	23,6	23,6	91,5
	Discordo totalmente	9	8,5	8,5	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

Nas FA as mulheres são antes de mais, vistas como mulheres e só depois como militares

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	25	23,6	23,6	23,6
	Concordo	50	47,2	47,2	70,8
	Não concordo	15	14,2	14,2	84,9
	Discordo totalmente	16	15,1	15,1	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

ANEXO 3

I SERIE Nº18 – BOLETIM OFICIAL DE CABO VERDE DE 24 DE MAIO DE 1993

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Legislativo nº6/93

de 24 de Maio

Lei Serviço Militar Obrigatório

O programa do Governo preconiza que o “serviço militar obrigatório será estruturado de forma a corresponder às necessidades das Forças Armadas, mas também aos interesses da comunidade. A sua duração será reduzida; regimes maleáveis do seu cumprimento serão previstos (...). A lei do serviço militar obrigatório será profundamente revista. Em substituição total ou parcial do serviço militar armado prever-se-á um serviço cívico, (...)”.

O presente diploma visa dar corpo aos propósitos programáticos assim enunciados.

A profundidade e extensão das modificações inerentes, a introduzir na própria filosofia da prestação das obrigações militares, aconselharam a opção por uma nova lei do serviço militar, em vez duma simples revisão, criando um sistema mais moderno de recrutamento militar e de tratamento de todas as questões atinentes ao serviço militar obrigatório.

Assim,

Ao abrigo da autorização legislativa concedida pelo artigo 2º da Lei nº65/IV/92, de 30 de Dezembro,

No uso da faculdade conferida pelo artigo 216º nº2 b) da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPITULO I

Princípios gerais

1. A defesa da Pátria é direito e dever de todos os cabo-verdianos.
2. O serviço militar é o contributo pessoal prestado por cada cidadão, no âmbito militar, para a defesa da Pátria, sendo obrigatório o seu exercício nos termos da presente lei.
3. O serviço militar, para além de constituir um instrumento de desenvolvimento das capacidades morais e da consciência patriótica da comunidade nacional, deve ainda servir de instrumento que vise a valorização cívica, cultural e física dos cidadãos que o cumprem.

Artigo 2º

(Obrigatoriedade do serviço militar)

Sem prejuízo do disposto no artigo 8º, todos os cidadãos cabo-verdianos dos 18 aos 35 anos estão sujeitos ao serviço militar obrigatório e ao cumprimento das obrigações militares decorrentes da presente lei.

Artigo 3º

(Situação do serviço militar)

O serviço militar abrange as seguintes situações:

- a) Reserva de recrutamento;
- b) Serviço efectivo;
- c) Reserva de disponibilidade e licenciamento;
- d) Reserva territorial.

Artigo 4º

(Reserva de recrutamento)

A reserva de recrutamento é a situação dos cidadãos sujeitos a obrigações militares desde o recenseamento militar até à sua incorporação nas fileiras das Forças Armadas ou alistamento na reserva territorial.

Artigo 5º

(Serviço efectivo)

1. O serviço efectivo é a situação dos cidadãos enquanto permanecem ao serviço nas Forças Armadas.

2. O serviço efectivo abrange:
 - a) O serviço efectivo normal, que compreende a prestação de serviço nas Forças Armadas por cidadãos recenseados para o serviço militar, tem início no acto da incorporação nas fileiras e decorre até à passagem à situação de disponibilidade;
 - b) O serviço efectivo nos quadros permanentes, que compreende a prestação de serviço por cidadãos que ingressaram voluntariamente na carreira militar e se encontram vinculados às Forças Armadas com carácter permanente;
 - c) O serviço efectivo decorrente de convocação ou mobilização, e que é prestado nos termos do artigo 40º e 42º da presente lei.
3. O estatuto dos militares nas diversas situações do serviço efectivo será definido em diploma próprio.

Artigo 6º

(Reserva de disponibilidade e licenciamento)

1. Na situação de reserva de disponibilidade e licenciamento são incluídos todos os cidadãos que prestaram serviço efectivo, a partir da data em que cessaram essa prestação.
2. A reserva de disponibilidade e licenciamento compreende dois escalões:
 - a) O escalão de disponibilidade, que abrange o período de cinco anos subsequentes ao termo do serviço efectivo e tem por finalidade permitir o aumento dos efectivos das Forças Armadas, por convocação ou mobilização aos quantitativos tidos por adequados;
 - b) O escalão de licenciamento, que se segue ao período de disponibilidade, termina a 31 de Dezembro do ano em que os cidadãos completam os 35 anos de idade e destina-se a permitir o aumento dos efectivos das Forças Armadas até ao limite normal da capacidade de mobilização do país.

Artigo 7º

(Reserva territorial)

A reserva territorial é constituída pelos cidadãos que, não tendo cumprido o serviço militar efectivo e mantêm sujeitos a obrigações militares.

Artigo 8º

(Alteração de idade para o cumprimento de obrigações militares)

Em caso de guerra, as idades mínimas e máximas estabelecidas para o cumprimento de obrigações militares podem ser alteradas por lei.

CAPITULO II

Recrutamento militar

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 9º

(Definição)

O recrutamento militar é o conjunto de operações necessárias à obtenção de recursos humanos para o ingresso nas Forças Armadas.

Artigo 10º

(Modalidades e operações do recrutamento militar)

1. O recrutamento militar dos cidadãos compreende as seguintes modalidades:
 - a) Recrutamento geral, para a prestação de serviço efectivo normal relativo aos cidadãos recenseados para o efeito;
 - b) Recrutamento especial, para a prestação voluntária do serviço efectivo.
2. O recrutamento geral compreende as seguintes operações:
 - a) Recenseamento militar;
 - b) Classificação e selecção;
 - c) Distribuição e alistamento.

Artigo 11º

(Definição de contingentes a incorporação)

Compete ao Conselho de Comandos, nos termos da Lei das Forças Armadas, a definição dos contingentes anuais a incorporar, de acordo com as dotações fixadas para o efeito no Orçamento do Estado.

Artigo 12º

(Órgãos responsáveis pelo recrutamento militar)

1. Compete ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas ouvir o Conselho Superior de Comandos, dirigir superiormente o recrutamento militar.
2. Sob a orientação e coordenação do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o planeamento e a execução do recrutamento militar incumbem:
 - a) Aos órgãos militares de comando competentes para o efeito nos termos da lei orgânica do Estado-Maior das Forças Armadas e do regulamento da presente lei;
 - b) Às Câmaras Municipais, aos serviços dos registos, aos postos consulares e a outros serviços do Estado, nos termos do regulamento da presente lei.

SECÇÃO II

Recrutamento geral

Artigo 13º

(Recenseamento militar)

O recenseamento militar é a operação de recrutamento geral que tem por finalidade a obtenção de informação de todos os cidadãos cabo-verdianos que atingem, em cada ano civil, a idade do início das obrigações militares.

Artigo 14º

(Obrigatoriedade do recenseamento)

Constitui obrigação dos cidadãos, a cumprir por si ou pelos seus representantes legais, a apresentação ao recenseamento militar durante o mês de Janeiro do ano civil em que completem 18 anos de idade.

Artigo 15º

(Publicidade ao dever de inscrição)

O Estado Maior das Forças Armadas dará a máxima publicidade ao dever de inscrição no recenseamento militar, durante 90 dias anteriores ao começo das operações.

Artigo 16º

(Locais de recenseamento militar)

1. O cidadão domiciliado no país deve apresenta-se, pessoalmente ou através de representante legal ou procurador com poderes para o efeito, ao recenseamento militar na Câmara Municipal da área do respectivo domicílio.
2. O cidadão domiciliado no estrangeiro deve apresentar-se, pessoalmente, através de representante legal ou procurador com poderes para o efeito ou por carta registada com aviso de recepção, no posto consular da área do seu domicílio ou da área mais próxima.
3. A apresentação por carta consiste na remessa em envelope fechado de um “impresso de apresentação ao recenseamento militar” de modelo regulamentar a fornecer por qualquer posto consular.

Artigo 17º

(Informação a prestar no acto
de apresentação no recenseamento)

1. No acto de apresentação do cidadão ao recenseamento, deverá ser-lhe feito entrega de informação escrita preparada e fornecida pelo Estado-Maior das Forças Armadas, descrevendo os objectivos do serviço militar e as possibilidades e oportunidades que se lhe oferecem.
2. Quando a apresentação seja feita por carta, nos termos do nº2 do artigo 16º, a informação escrita a que se refere o presente artigo será remetida conjuntamente com a carta que acuse a recepção do “impresso de apresentação ao recenseamento militar”.

Artigo 18º

(Não apresentação ao recenseamento militar)

1. O cidadão que se não tenha apresentado ao recenseamento militar no período e locais referidos nos artigos 14º e 16º, respectivamente, deve apresentar-se, para efeitos de regularização da sua situação militar, nos competentes serviços militares de recenseamento e mobilização de sua zona de residência ou no posto consular de Cabo Verde mais próximo, se residir no estrangeiro, sendo notado faltoso ao recenseamento militar caso não justifique a falta cometida até 30 dias após a data limite do recenseamento
2. O cidadão notado faltoso ao recenseamento militar fica sujeito às sanções previstas na lei.

Artigo 19º

(Elaboração de relações e demais papeis dos
Cidadãos em idade de recensear e recenseados)

1. Nos prazos e termos regulamentares, os serviços dos registos, as câmaras municipais e os postos consulares remeterão aos serviços militares de recenseamento e mobilização, conforme couber, relações dos cidadãos que completam 18 anos no ano civil seguinte e dos cidadãos que se apresentaram no recenseamento militar.
2. Os serviços militares de recenseamento e mobilização elaborarão, nos termos regulamentares, os livros e demais papéis de recenseamento.

Artigo 20º

(Classificação e selecção)

1. Os cidadãos recenseados serão convocados com uma antecedência mínima de 45 dias, para se apresentarem nos centros de classificação e selecção (CCS), onde serão submetidos às provas a que se refere o número seguinte.
2. As provas de classificação e selecção dos cidadãos recenseados decorrem normalmente no ano em que completam 19 anos de idade e têm por finalidade:
 - a) Determinar o grau de aptidão psicofísica dos cidadãos para efeitos de prestação do serviço militar, em face do que lhes é atribuída uma das seguintes classificações:
 - Apto
 - Inapto
 - A aguardar classificação
 - b) Agrupar os cidadãos classificados de aptos em famílias de especialidades, de acordo com as suas aptidões físicas, psíquicas, técnicas, profissionais e outras, tendo em vista a sua distribuição futura pelas diferentes, especialidades das Forças Armadas.

Artigo 21º

(Preferências pessoais dos cidadãos
considerados aptos)

Os cidadãos considerados aptos podem fornecer elementos referentes às suas preferências em termos de especialidade e de área geográfica para cumprimento do serviço militar nas unidades e estabelecimentos militares, as quais serão tidas em consideração sempre que deles não resultem prejuízos para as Forças Armadas.

Artigo 22º

(Recurso hierárquico da classificação)

A classificação referida na alínea a) do nº2 do artigo 20º é possível de recurso hierárquico a interpor no prazo de cinco dias para o Chefe do Estado Maior, o qual decide, no prazo de 45 dias, com base em novo exame do recorrente, constituindo essa decisão um acto administrativo definitivo e executório.

Artigo 23º

(Proclamação de recrutas e compromisso de honra)

No final das provas para classificação e selecção, os cidadãos classificados aptos serão proclamados recrutas e prestam o compromisso de honra de acordo com a fórmula regulamentar.

Artigo 24º

(Faltosos às provas para classificação e selecção compelidos)

1. Os cidadãos que não se apresentarem às provas para classificação e selecção ou reclassificação para que foram convocados e não justificarem a falta cometida no prazo máximo de 30 dias, ou

aqueles que se recusarem a realizar alguma ou algumas daquelas provas, serão notados compelidos à prestação do serviço militar, cumprindo todo o serviço efectivo normal, caso sejam considerados aptos.

2. O cidadão notado compelido fica sujeito às sanções estabelecido na lei.

Artigo 25º

(Distribuição)

1. A distribuição é a atribuição quantitativa e por especialidades dos recrutas das Forças Armadas, segundo o plano de necessidades destas, devendo, sempre que possível, Ter-se em conta o disposto no artigo 21º.
2. Compete ao Chefe do Estado Maior, ouvir o Conselho Superior de Comandos, aprovar os critérios de ordem relativos à distribuição do contingente de pessoal destinado ao cumprimento de serviço efectivo, em observância ao disposto na presente lei e no respectivo regulamento.

Artigo 26º

(Alistamento)

O alistamento é a atribuição nominal dos cidadãos à reserva territorial.

Artigo 27º

(Adiamento de obrigações militares)

1. São considerados motivos de adiamento das provas de classificação e selecção:
 - a) A frequência, no estrangeiro, de curso de nível superior ou secundário ou de curso formação técnico-profissional, sendo o limite máximo do adiamento o dia 31 de Dezembro do ano que resultar da aplicação da fórmula $19+N+1$, para cursos de duração não superior a 5 anos, ou $19+N+2$, para cursos de duração superior a 5 anos, sendo N o numero de anos necessário para a conclusão do curso previsto no respectivo currículo;
 - b) A residência no estrangeiro, com carácter permanente e contínuo, iniciada anteriormente ao ano em que o cidadão completar os 18 anos de idade;
 - c) Doença impeditiva, devidamente comprovada pela autoridade pública competente;
 - d) O desempenho de cargo cujo estatuto legal o determine.
2. Constituem motivos de adiamento da incorporação:
 - a) A frequência, no país ou no estrangeiro, de curso de nível superior ou secundário ou de curso formação técnico-profissional, sendo o limite máximo do adiamento o dia 31 de Dezembro do ano que resultar da aplicação da formula $20+N+1$, para cursos de duração não superior a 5 anos, ou $20+N+2$, para cursos de duração superior a 5 anos, sendo N o número de anos necessário para a conclusão do curso previsto no respectivo currículo;
 - b) Ter um irmão em serviço efectivo normal e em quanto este durar;
 - c) Encontrar-se em regime de aprendizagem ou a frequentar estágio de formação profissional;
 - d) Os referidos nas alíneas b), c) e d) do nº 1 deste artigo.
3. Para além do limite estabelecido na alínea a) do número 1 deste artigo, a renovação do adiamento nele referido só será concedida para a frequência de cursos ou formação de pós graduação ou se o beneficiário provar que o atraso na conclusão dos seus estudos se ficou a dever a razões de força maior que não lhe são imputáveis.
4. Os beneficiários dos adiamentos de que trata este artigo deverão efectuar a sua apresentação nos serviços militares competentes no prazo de 30 dias a contar do término das circunstâncias que tiverem determinado o adiamento.

Artigo 28º

(Dispensa, isenção e exclusão temporária de obrigações militares)

1. Os cidadãos do sexo feminino ficam dispensados das obrigações militares, até que estejam reunidas as condições necessárias à incorporação.
2. Os cidadãos domiciliados no estrangeiro por motivo de emigração ficam dispensados das obrigações militares com excepção da de recenseamento militar, enquanto mantiverem a sua residência permanente fora do território nacional.
3. O disposto nos números anteriores não exclui a hipótese de os cidadãos do sexo feminino ou domiciliados no estrangeiro prestarem serviço efectivo, a seu pedido expresso, livremente formulado perante os serviços militares de recrutamento e mobilização.

4. Podem requerer dispensa do cumprimento do serviço efectivo sendo alistados directamente na reserva territorial os filhos ou irmãos de militares mortos em campanha, ou em virtude de doença e acidente resultante do cumprimento do serviço militar ou de militares considerados incapazes em razão da prestação do serviço efectivo.
5. Serão ainda considerados isentos do cumprimento do serviço efectivo:
 - a) Os cidadãos que provarem ser amparos de família;
 - b) Os cidadãos reconhecidos como objectores de consciência nos termos definidos na legislação aplicável.
6. Constitui motivo de exclusão temporária da prestação do serviço militar estar o cidadão processado criminalmente, a cumprir pena ou sujeito a medidas que, pela sua natureza, sejam incompatíveis com a sua presença nas fileiras das Forças Armadas.

Artigo 29º

(Interrupção de obrigações)

Os cidadãos referidos na alínea d) do nº1 do artigo 27º podem requerer a interrupção do cumprimento do serviço efectivo normal, enquanto durar o desempenho efectivo dos respectivos cargos.

Artigo 30º

(Substituição das obrigações militares por actividade civil)

Os cidadãos podem, após o cumprimento do período de preparação militar geral e por despacho do Ministro da Defesa Nacional, ser dispensados do período do serviço efectivo normal desde que prestem, em sua substituição, um serviço cívico ou actividade civil reconhecidos de superior interesse nacional, no país ou no estrangeiro, e com duração não inferior à daquele serviço militar.

SECÇÃO III

Recrutamento especial

Artigo 31º

(Finalidade do recrutamento especial)

1. O recrutamento especial tem por finalidade a admissão de cidadãos, com o mínimo de 17 anos de idade, que se proponham prestar serviço militar, voluntariamente, nas Forças Armadas, com carácter permanente ou temporário, por um período de tempo não inferior ao do serviço efectivo normal, em qualquer escalão ou especialidade e nas seguintes formas de serviço militar efectivo:
 - a) Nos quadros permanentes;
 - b) Em regime de serviço efectivo normal.
2. A prestação do serviço militar, voluntariamente, por um período de tempo igual ao do serviço efectivo normal é equiparado ao período de prestação de serviço militar obrigatório.

Artigo 32º

(Serviço voluntário feminino)

1. Os cidadãos do sexo feminino podem prestar serviço voluntário em regime de serviço efectivo normal ou em outra forma de serviço decorrente do recrutamento especial definido na presente lei.
2. O recrutamento e as formas de prestação de serviço por cidadãos do sexo feminino, salvaguardados os princípios constitucionais aplicáveis à protecção da igualdade dos cidadãos e da função social da maternidade e à especialidade do desempenho das obrigações militares serão definidos em diploma próprio.
3. Os cidadãos do sexo feminino que actualmente prestam serviço militar efectivo, em qualquer das suas formas, mantêm as situações adquiridas e as suas carreiras continuam a reger-se pelo regime estatutário aplicável.

CAPÍTULO III

Serviço efectivo nas forças armadas

Artigo 33º

(Serviço efectivo normal)

O serviço efectivo normal compreende:

- a) A incorporação;

- b) A preparação militar geral;
- c) O período nas fileiras.

Artigo 34º

(Incorporação)

1. A incorporação **consiste na apresentação dos recrutas nos centros de instrução militar** para que foram designados.
2. A incorporação tem lugar, normalmente, no ano em que o cidadão completa 20 anos de idade.

Artigo 35º

(Faltas à incorporação refractários)

1. O recruta que não se apresente à incorporação no centro de instrução militar para que foi convocado não justifique a falta cometida no prazo de 30 dias é notado refractário.
2. O refractário fica sujeito às sanções previstas na lei.

Artigo 36º

(Preparação militar geral)

1. A preparação militar geral consiste na formação básica dos recrutas, adequada às características próprias das Forças Armadas e termina com o acto do juramento de bandeira.
2. A preparação militar geral terá a duração mínima de 60 dias.

Artigo 37º

(Juramento de bandeira)

1. O juramento de bandeira é um acto público, de ratificação do compromisso de honra assumido no final das provas de classificação e selecção e é sempre prestado perante a Bandeira Nacional.
2. A fórmula do juramento de bandeira constará de legislação própria.

Artigo 38º

(Período nas fileiras)

O período nas fileiras inicia-se após a preparação militar geral e abrange a preparação complementar, quando deva Ter lugar, e o serviço nas unidades e estabelecimentos militares.

Artigo 39º

(Duração total do serviço efectivo normal)

1. O serviço efectivo normal tem a duração de catorze meses.
2. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas pode, por razões e conveniências de serviço, determinar a antecipação da passagem de militares à situação de disponibilidade.

Artigo 40º

(Convocação extraordinária para o
Serviço militar efectivo)

1. Os cidadãos na situação de disponibilidade podem ser convocados para a prestação de serviço militar efectivo nas condições seguintes:
 - a) Por despacho do Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do Chefe do Estado Maior, com uma antecedência mínima de 45 dias e por um período não superior a duas semanas, anualmente, para efeitos de reciclagem, treino, exercícios e manobras militares, em princípio pertencentes a uma única classe na disponibilidade;
 - b) Por Decreto Regulamentar, mediante proposta do Ministro da Defesa Nacional, ouvido o Conselho Superior de Defesa Nacional, em caso de perigo de agressão iminente ou efectivo por força estrangeiras, enquanto se mantiverem estas situações e não for decretada a mobilização militar até à totalidade das classes na disponibilidade.
2. Os cidadãos na situação de disponibilidade ou de licenciamento podem ser convocados para prestação de serviço efectivo por razões disciplinares ou criminais nas situações previstas no artigo 52º desta Lei.

Artigo 41º

(Dispensa do serviço efectivo decorrente de convocação extraordinária)

1. Os cidadãos que exerçam funções consideradas indispensáveis ao funcionamento de serviço públicos ou de actividades privadas essenciais para a normalidade da vida do país ou para as

necessidades das Forças Armadas, podem ser dispensados da prestação do serviço efectivo decorrente de convocação extraordinária.

2. Os cidadãos abrangidos pelo disposto no número anterior, ficam, porém, sujeitos à legislação militar aplicável enquanto não for desconvocado o contingente anual na disponibilidade a que pertençam.

Artigo 42º

(Mobilização militar)

1. Os cidadãos nas situações de disponibilidade, de licenciamento e de reserva territorial podem ser mobilizados, por classes ou na sua totalidade, para prestarem serviço militar efectivo nas Forças Armadas, em situação de excepção ou de agressão efectiva por forças estrangeiras, nos termos legalmente previstos.
2. No caso de ser decretada a mobilização militar geral, poderá o Governo, por Decreto Regulamentar, ouvido o Conselho Superior de Defesa Nacional:
 - a) Baixar para 16, 17 e 18 anos, respectivamente, as idades para a apresentação ao recenseamento militar, prestação de provas para classificação e selecção e incorporação;
 - b) Aumentar até aos 40 anos a idade limite dos cidadãos na situação de licenciamento;
 - c) Decretar duração superior prevista no artigo 39º para a prestação de serviço efectivo normal, enquanto prevalecerem as causas que determinaram a situação de excepção.

Artigo 43º

(Dispensa do serviço decorrente de mobilização)

Em condições idênticas ao previsto no artigo 41º desta lei, podem os mobilizados ser dispensados do serviço efectivo decorrente de mobilização, ficando, porém sujeitos à legislação militar aplicável enquanto durar a situação que determinar a mobilização geral ou da classe a que pertençam.

CAPÍTULO IV

Disposições complementares

SECÇÃO I

Obrigações Militares

Artigo 44º

(Obrigações gerais dos cidadãos)

Enquanto sujeitos às obrigações militares definidas nesta Lei, todos os cidadãos cabo-verdianos, desde o ano civil em que completam 18 anos até aos 35 anos de idade, têm o dever de:

- a) Dar conhecimento das alterações de sua residência à entidade militar de que dependem;
- b) Comunicar à referida entidade a obtenção de habilitações literárias, técnicas, profissionais e outros que correspondam à aquisição de conhecimentos com interesse para as Forças Armadas;
- c) Apresentar-se nos dias, horas e locais que sejam legalmente determinados pela autoridade competente para o efeito.

Artigo 45º

(Casos especiais do cumprimento de

Obrigações militares)

1. As obrigações militares dos alunos dos estabelecimentos de formação eclesiástica, dos membros dos institutos religiosos, bem como dos ministros de qualquer culto legalmente reconhecido pelo Governo, são definidos no regulamento desta Lei, podendo ser destinados aos serviços sociais e de saúde militar, a não ser que manifestem expressamente o desejo de prestarem serviço efectivo.
2. Os cidadãos estrangeiros que tenham adquirido a nacionalidade cabo-verdiana durante ou após o ano em que completam 18 anos de idade estão sujeitos ao recenseamento militar e às provas de classificação e selecção e são alistados na reserva territorial na classe correspondente ao seu escalão etário.
3. Os cidadãos cabo-verdianos originários, mesmo que tenham outra nacionalidade, estão sujeitos às obrigações militares constantes da presente Lei, podendo ser dispensados do cumprimento do serviço efectivo normal, desde que comprovem ter cumprido idêntico serviço no estrangeiro.

SECÇÃO II

Direitos e garantias

Artigo 46º

(Amparos)

1. Considera-se amparo de família, o cidadão que tem a seu cargo o cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou sobrinho com menos de 18 anos de idade ou pessoa que criou e educou e que não tenha meios de prover, de outro modo, a sua manutenção.
2. Para efeito do número anterior, os irmãos e sobrinhos podem Ter idade igual ou superior a 18 anos, desde que incapacitados.
3. Os cidadãos com direito à qualificação de amparo têm passagem à disponibilidade ou são alistados na reserva territorial.

Artigo 47º

(Direito e garantias face ao cumprimento das obrigações militares)

1. Nenhum cidadão pode ser prejudicado na sua colocação, na sua carreira, nos seus benefícios sociais ou no seu emprego, por virtude do cumprimento das obrigações militares estabelecidas na presente Lei.
2. É contado para efeitos de promoção, aposentação ou reforma e não prejudica outras regalias conferidas por estatutos profissionais ou resultantes de contrato de trabalho todo o tempo de serviço militar efectivo nas Forças Armadas.
3. Os trabalhadores da Administração Pública e demais agentes do Estado impedidos de prestar provas de promoção ou impedidos de nova qualificação ou ingresso em categorias que lhes permitam a admissão a provas de concurso de aptidão, por se encontrarem no cumprimento obrigatório do serviço militar efectivo nas Forças Armadas, podem requerê-las, dentro do prazo limite de um ano após o término da prestação do serviço para que foram convocados e ocuparão, na escala respectiva, o lugar que lhes pertenceria se a classificação alcançada tivesse sido obtida nas provas a que não puderam comparecer.
4. Os cidadãos sujeitos a obrigações militares só podem ser investidos ou permanecer no exercício de um emprego do Estado ou de outra entidade pública, se estiverem em situação militar regular.
5. Em igualdade de circunstâncias de candidatos a emprego do Estado ou de outra entidade pública, tem preferência os cidadãos que tenham cumprido o serviço efectivo normal nas Forças Armadas.

Artigo 48º

(Equivalência dos cargos e especialidades militares)

1. Os cursos e especialidades militares ministrados no país pelas Forças Armadas podem, nos termos que forem regulamentados, ser considerados equivalentes aos similares dos estabelecimentos civis do ensino oficial ou oficialmente reconhecidos, desde que os respectivos programas e matérias curriculares sejam comuns ou correspondentes.
2. Identicamente, os cursos e especialidades militares ministrados no estrangeiro, no âmbito da cooperação com as Forças Armadas de outros países, poderão, nos termos que forem regulamentados, ser considerados equivalentes ou similares aos dos estabelecimentos civis do ensino ou oficialmente reconhecidos.

SECÇÃO III

Disposições diversas, finais e transitórias

Artigo 49º

(Acidentes ou doenças resultantes do serviço)

1. O Estado reconhece aos cidadãos o direito à plena reparação dos efeitos de acidentes ou doença resultantes do serviço militar efectivo.
2. Os cidadãos a que se refere o número anterior, quando possuidores de qualquer grau de incapacidade resultante de acidente ou doença relacionados com o serviço, beneficiam dos direitos e regalias previsto em legislação própria, não podendo, contudo, em caso algum, ser inferiores aos aplicáveis para a actividade e funções que desempenhavam na altura da incorporação.

Artigo 50º

(Isenção de emolumentos notariais)

São isentos de emolumentos os reconhecimentos e todos os outros actos notariais necessários à organização de processos para fins militares.

Artigo 51º
(Colaboração)

1. Todos os serviços públicos facultarão, no mais curto prazo possível, às autoridades militares as informações pelas mesmas solicitadas para fins da presente lei.
2. Os serviços dos registos comunicarão aos serviços militares de recenseamento e mobilização, nos termos regulamentares, os óbitos dos cidadãos dos 18 aos 35 anos de idade.

Artigo 52º
(Disposições penais)

1. Em tempo de paz, as infracções à presente lei que não sejam previstas na legislação penal ou disciplinar militar nem tipifiquem crimes configurados no Código Penal são punidos:
 - a) Como desobediência qualificada, a infracção referida nos artigos 24º e 35º da presente lei, relativa aos cidadãos designados compelidos e refractários;
 - b) Como desobediência simples, as demais infracções.
2. Em tempo de guerra, as infracções à presente lei, quando não constituam infracções ou crimes previstos na legislação disciplinar ou penal militar ou no Código Penal, serão punidas pela forma fixada no número anterior, sendo as penas aplicáveis agravadas em um terço na sua duração mínima e máxima.
3. A subtracção fraudulenta às obrigações militares constantes da presente Lei, ou a sua tentativa, bem como o não cumprimento da convocação referida no n.º1 do artigo 40º ou da legislação sobre mobilização, são punidos nos termos previstos no Código de Justiça Militar.
4. São convocados para regressarem ao serviço militar efectivo a fim de cumprirem pena, os cidadãos sujeitos a obrigações militares, na disponibilidade ou nas tropas licenciadas, que hajam praticado infracção disciplinar ou crime essencialmente militar durante a prestação de serviço militar efectivo mas sido condenados posteriormente à sua passagem à disponibilidade. A convocação dar-se-á:
 - a) Automaticamente, com o trânsito em julgado de decisão judicial condenatória que aplique pena de prisão militar ou prisão disciplinar;
 - b) Por ordem expressa do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, fora dos casos referidos na alínea anterior.

Artigo 53º
(Taxa militar)

É suprimida a taxa militar, sendo consequentemente revogada toda a legislação relativa a esta matéria.

Artigo 54º
(Licenças militares)

Sem prejuízo do disposto na alínea a) do artº 44º desta lei, são suprimidas as licenças militares para a saída do país e, em consequência, é revogada toda a legislação relativa a esta matéria.

Artigo 55º
(Regulamentação)

O Governo regulamentará a presente Lei.

Artigo 56º
(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor com o respectivo diploma regulamentar.

Artigo 57º
(Legislação revogada)

A partir da entrada em vigor da presente Lei e do seu regulamento é revogada toda a legislação em contrário, designadamente os Decretos-Lei n.º119/77, de 29 de Dezembro e n.º61/87, de 30 de Junho e os Decretos n.º100/76, de 13 de Novembro e n.º55/78, de 13 de Junho.